

ISSN: 2237-7298

Documentos de Apoio – 4
Agosto, 2011

**Amazônia -
Diferentes contextos, diferentes interpretações
(Síntese das entrevistas)**

*Zander Navarro
Elisio Contini
Geraldo B. Martha Júnior*



ISSN: 2237-7298

Agosto, 2011

**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Estudos e Capacitação
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Documentos de Apoio 4

**Amazônia -
Diferentes contextos, diferentes interpretações (Síntese das
entrevistas)**

*Zander Navarro
Elisio Contini
Geraldo B. Martha Júnior*

*Embrapa Estudos e Capacitação
Brasília, DF
2011*

Exemplares desta publicação podem ser solicitados na:

Embrapa Estudos e Capacitação

Parque Estação Biológica - PqEB s/nº

Caixa Postal 40315

Brasília, DF - Brasil - CEP 70770-901

Fone: (61) 3448-1599

Fax: (61) 3448-4890

<http://cecat.embrapa.br/>

chgeral.cecat@embrapa.br

1ª edição

1ª impressão (2011)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

CIP-Brasil. Catalogação-na-publicação.

Embrapa Estudos e Capacitação.

Amazônia - Diferentes contextos, diferentes interpretações (Síntese das entrevistas) / Zander Navarro; Elisio Contini; Geraldo B. Martha Júnior – Brasília, DF: Embrapa Estudos e Capacitação, 2011.

42 p. – (Documentos / Embrapa Estudos e Capacitação, ISSN 2237-7298; n.04)

1. Embrapa na Amazônia. 2. Contextos da Amazônia Legal. 3. Interpretações sobre a Amazônia Legal. I. Navarro, Zander; Contini, Elisio; Martha Júnior, Geraldo. II. Série.

© Embrapa 2011

Sumário

1. Apresentação	3
2. A região amazônica: as interpretações convergentes.....	7
2.1 A Amazônia: se existe, qual é, precisamente, a sua <i>differentia specifica</i> ?.....	8
2.2 Biodiversidade: uma palavra mágica?	13
2.3 Embrapa e a agenda geral de pesquisa	17
2.4 A ausência do Estado.....	20
3. A região amazônica: síntese de alguns dos pontos de divergência	23
3.1 Ambientalismo <i>versus</i> produção	23
3.2 Sobre os “povos tradicionais” da região amazônica e outras categorias sócio-políticas objeto de políticas públicas	28
3.3 A região amazônica e suas potencialidades: o viés da exagerada valorização dos “recursos locais”	30
3.4 Visões talvez ideologizadas? O persistente uso de jargões genéricos e formulações não conceituais	31
4. Comentários finais: outros focos sugeridos nas entrevistas realizadas.....	32
4.1 E os determinantes econômicos?.....	32
4.2 A agenda de pesquisas da Embrapa para a região amazônica: aportes adicionais.....	34
4.3 Temas controversos	37
4.4 Mudanças climáticas	38
Anexo 1. Listagem dos entrevistados	40
Anexo 2: roteiro das entrevistas realizadas	42

1. Apresentação

A Embrapa deve uma resposta à Amazônia

[É preciso] Avaliar a afirmação 'uma árvore em pé vale mais do que uma deitada'. Como pode isso se tornar realidade para o produtor? Sequestro de carbono? Quem paga a conta?

Não deve existir um padrão para a Amazônia Legal, pois a região é continental e abriga diversas amazônias.

A idéia da imagem preconcebida de 'povos da floresta' é apenas mito, uma vez que a Amazônia é praticamente urbana, concentrando setenta e três por cento da população.

Muitos veem na Amazônia degradação e desmatamento, porém pouco é mencionado sobre o polo agrícola produtivo da região.

Enquanto a Amazônia for pensada apenas como um problema, nós vamos ter sessenta por cento do Brasil sendo um problema para os outros quarenta por cento.

Como parte do estudo “Embrapa na Amazônia”, foram realizadas diversas entrevistas com estudiosos de diferentes vínculos institucionais e experiências profissionais. Este documento tem o objetivo de sintetizar os excertos mais salientes das entrevistas, indicativos de temas relevantes e argumentos merecedores de maior atenção.

Trinta e quatro entrevistas foram realizadas, uma parte delas organizada e conduzida pelas unidades da Embrapa na região e outra parte operada pelos responsáveis deste estudo. Os entrevistados se dividiram entre técnicos de órgãos públicos dos respectivos estados da região atuantes nas regiões rurais ou com incidência indireta nas atividades produtivas agropecuárias (por exemplo, profissionais ligados aos organismos estaduais de meio ambiente). Mas também foram entrevistados técnicos de ONGs, estudiosos de centros de pesquisa e representantes do setor privado. O Anexo 1 lista os nomes dos entrevistados e suas vinculações institucionais ou profissionais.

A metodologia empregada na coleta dos depoimentos adotou, no geral, um questionário padrão de temas, que está indicado no Anexo 2 deste relatório. Saliente-se, contudo, que a listagem foi meramente indicativa de um conjunto de focos considerados relevantes, sobre os quais o informante pode discorrer livremente. Em algumas outras entrevistas, contudo, este padrão de temas não pode ser utilizado, por razões diversas, especialmente por limitação do tempo da entrevista.

Diversos aspectos destacados poderiam ser extraídos das respostas oferecidas ao conjunto de temas submetido pelos autores deste estudo aos entrevistados. Não se pretendendo hierarquizar a relevância específica de cada tema e, menos ainda, segmentar as manifestações apuradas em supostos critérios de importância (o que escapa aos objetivos deste relatório), pode-se, contudo, manifestar nesta nota introdutória algumas impressões gerais.

Primeiramente, embora se tenha ampliado notavelmente o conhecimento empírico sobre a região e suas multifacetadas características em anos recentes, **permanece uma sensação de constante inquietação, como marca da maioria das entrevistas**

realizadas: a Amazônia ainda mantém, em certa significativa proporção, uma “aura de mistério”, seja em função do imaginário passado, o qual era indicativo de uma região majestosa, gigantesca e desconhecida ou, então, em razão de fatos mais práticos relativos à situação atual vivida pela região amazônica. Entre esses, apenas como ilustração, há uma unânime manifestação de desejo de conhecimento sobre “a biodiversidade”, atualmente quase uma palavra mágica, a qual poderia estar sugerindo potencialidades de produção de riqueza imensuráveis, mas termo que, em seu sentido práticos, não passa ainda, em quase todas as situações, de uma possibilidade teórica. Embora existam exemplos concretos de iniciativas econômicas que seriam típicas de aproveitamento da biodiversidade, parecem ser ainda relativamente desconhecidas, assim mantendo certo encantamento em relação às potencialidades do uso econômico da biodiversidade amazônica. Em face deste relativo mistério, parte importante das entrevistas revela claramente uma “ansiedade”, quando explicando os diferentes processos em curso na região. Existindo uma percepção sobre as mudanças concretas ora em desenvolvimento, em paralelo com uma “insuficiência explicativa”, este hiato cria, talvez, aquela percepção de um descontentamento ou de uma ansiedade sobre “o estado atual das coisas” nas entrevistas recolhidas com diferentes colegas, em distintas instituições.

Como seria previsível, em decorrência também deste mesmo hiato, as interpretações variam sob espectro ainda mais largo do que seria usualmente esperado, quando se analisa o desenvolvimento social de um determinado território. Se é verdade que esta pluralidade de interpretações ocorreria, naturalmente, em qualquer outra situação concreta, na região amazônica se amplia notavelmente o leque de opiniões, interpretações, teorias, modelos e supostos paradigmas explicativos deste momento histórico vivido pela região. A convergência de um imaginário, a história conhecida da região, os novos processos (sobretudo os econômicos), ou os fatos recentes que impactam na região mais diretamente, como as mudanças climáticas – entre outros inúmeros processos, eventos e fatos que poderiam ser citados – constituem o “caldo” que fermenta a longa lista de interpretações sobre a região amazônica, muitas delas claramente contraditórias entre si.

Mas as entrevistas revelaram, igualmente, algumas outras características que talvez possam ser citadas, pois são relevantes para se refletir sobre os rumos da pesquisa agropecuária da Embrapa destinada, mais especificamente, à região. Sem ter aqui nenhuma pretensão de esgotar uma “análise de conteúdo” das entrevistas operadas, não sendo este o objetivo deste documento, citam-se outros aspectos recorrentes, retirados dos depoimentos recolhidos. Desta forma, **uma segunda evidência visível foi perceber que praticamente todos os respondentes vincularam os depoimentos às suas “problemáticas estaduais”** e, raramente, observaram a região como um todo, extrapolando as fronteiras geográficas de cada unidade federativa. Quase invariavelmente, as reflexões ficaram centradas “no seu estado”, em particularidades estaduais e, raramente, sobre “o tema amazônico”. Desta forma, não obstante uma linguagem geral e manifestações evocativas da “região como um todo”, quando detalhadas aquelas reflexões, o foco acabava sendo o estado do entrevistado e, algumas vezes, até mesmo apenas partes menores do estado.

Um terceiro aspecto que **se destacou, entre os respondentes, foi a “marca disciplinar” em quase todos os casos.** Ou seja, ainda que seja sempre feita uma referência a fatores mais gerais, que fazem parte do senso comum ou são veiculados com regularidade em variados meios de informação, as entrevistas mostraram, com frequência, o detalhamento apenas disciplinar. Em uma região sobre a qual incidem, em nossos dias, processos sociais, tecnológicos, econômicos e ambientais tão diversos, esta ausência de uma visão mais ampla, abrangente e completa oriunda de um conhecimento multidisciplinar, inclusive para determinar prioridades (tanto em relação à pesquisa como até mesmo para construir cenários e modelos explicativos), se revela como uma faceta preocupante. Caso se mantenha, poderá continuar obstaculizando a formação de convergências e quase consensos sobre as formas mais apropriadas de entender e, também, de definir formas de intervenção pública na região amazônica.

Outro aspecto distintivo extraído das entrevistas, e neste caso não exclusivo daqueles que analisam a região (mas uma faceta nacional), é a repetição de jargões que hoje são dominantes. As falas repetem, muitas vezes exaustivamente, uma série de palavras e expressões que atualmente fazem parte obrigatória de um jargão hegemônico, embora pouco ou nada contribuam para efetivamente explicar os fenômenos e processos cuja interpretação é buscada. Sem se estender com exemplos, como os respondentes tem, quase todos, relações diretas com o meio rural, talvez uma ilustração sintomática seja o uso passivo e acrítico da expressão “agricultura familiar”. A referência a este conjunto social é usada com surpreendente frequência pela maioria dos respondentes, repercutindo, claramente, a obrigatoriedade de uso de uma palavra tornada de uso compulsório, embora raramente explicada empiricamente pelos entrevistados.

Finalmente, como conclusão a este rápido comentário introdutório, outro detalhe revelou-se, neste caso, consensual. **Trata-se de uma crítica generalizada, e às vezes forte, ao Estado, suas políticas e sua ação na região.** Este é foco que é visto negativamente por praticamente todos os entrevistados. Alguns enfatizaram mais especificamente políticas setoriais ou até programas, enquanto outros comentaram mais genericamente. Mas sempre para denunciar a “ausência do Estado” na região amazônica. Embora os comentários específicos sobre a ação da Embrapa, quase sempre, foram generosos e positivos, como esta última faz parte da estrutura estatal, existe aqui uma problemática geral que mereceria maior reflexão, especialmente por ser percepção praticamente unânime, enfatizada por quase todos os respondentes.

O conjunto de entrevistas, no entanto, apresenta omissões e ausências surpreendentes, igualmente reveladoras. A lista de perguntas e temas permitia, em diversas de suas partes, o espaço para o entrevistado enveredar, na prática, pelo foco que julgasse mais pertinente. Neste sentido, é pelo menos curioso que alguns processos e temas não tenham sido citados, na quase totalidade dos casos. “Mudanças climáticas”, por exemplo, foi um tema citado muito ligeiramente, e por pouquíssimos entrevistados (de fato, apenas um entrevistado aprofundou suas reflexões sobre este assunto). Alguns depoimentos ofereceram rapidíssimas menções a alguns aspectos específicos do tema maior (como “mercado de carbono”), mas é revelador que situando-se a Amazônia no centro do debate das mudanças climáticas, como um dos mais importantes “sumidouros de carbono” do mundo, as entrevistas não tenham emprestado maior relevância a este debate de crescente urgência e importância.

Uma segunda omissão que alcançou proporção também surpreendente entre os respondentes foi a desconsideração de dimensões econômicas associadas aos processos mais gerais em curso na região amazônica. Exceto por um pequeno grupo de depoimentos, no geral as reflexões recolhidas transitaram por considerações que, quase sempre, desconhecaram os imperativos econômicos e financeiros, seja dos diagnósticos apresentados ou, então, das propostas e das análises sobre os processos em curso. Provavelmente, este fato poderá estar revelando ser este um campo de análise que precisaria ser mais estimulado, permitindo a formação de conhecimentos mais sólidos da face econômica do atual processo de desenvolvimento social da região.

Por fim, destaque-se ainda outra ausência nas respostas apuradas. Diz respeito à dicotomia encontrada nos questionários, quando os entrevistados foram inquiridos sobre a ação da Embrapa ou, mais genericamente, sobre “os temas de pesquisa” que poderiam integrar atualmente uma agenda de pesquisa prioritária. Sob tal foco, as reflexões, invariavelmente, situaram-se em dois campos muito opostos: ou permaneceram em um plano de alta generalidade (“precisamos pesquisar a biodiversidade”) ou, no outro lado, alguns entrevistados, refletindo a competência de especialistas em campos até subdisciplinares, arrolaram possibilidades bastante específicas de pesquisa em alguns produtos. A alternativa intermediária de uma agenda de pesquisas, certamente aquela que está sendo buscada por quase todos os gestores dos institutos e centros de pesquisa manteve-se visivelmente ausente nas respostas. É fato que, sem dúvida, se apresenta como

um dos maiores desafios para a ação da pesquisa agropecuária na região, pois é provavelmente neste nível que se situarão as pesquisas que poderão posteriormente se traduzir em tecnologias aplicáveis mais amplamente. Neste patamar intermediário, uma agenda de pesquisa será conformada de acordo com uma “estratégia geral” e, de outro, determinará as pesquisas mais específicas e com maior probabilidade de adequação às necessidades atuais da região. Ou seja, escapará à vaga formulação genérica de “idéias gerais” e, igualmente, no outro extremo, articulará pesquisas específicas com objetivos maiores, desenvolvendo maior sinergia final dos resultados. Esta agenda intermediária, contudo, segundo todas as evidências recolhidas nos depoimentos, ainda inexistente para nortear a ação da Embrapa na região.

Este relatório apresenta três partes principais. Na primeira delas, são sequenciados temas entendidos como majoritariamente convergentes, ou mais falados, indicando uma presumida concordância entre a maioria dos entrevistados, ainda que diversas nuances específicas possam ocorrer. Na segunda seção, são arroladas diversas manifestações selecionadas que parecem sugerir temas e focos de maior divergência, o principal deles, como seria esperado, a oposição entre “produção e ambiente”. Para diversos analistas, esta é ainda uma polaridade, uma antinomia insuperável e um consenso que permita harmonizá-las ainda precisará percorrer caminho mais longo. Finalmente, este texto oferece uma terceira seção, final e mais sucinta, onde são arrolados alguns temas que parecem ser mais “neutros”, se afastando de posicionamentos tão explícitos e apenas listando sugestões ou opiniões antes não apresentadas, nas duas seções anteriores.

Talvez seja ainda oportuno ressaltar que as escolhas de trechos dos depoimentos, como é claro, embora tentando obedecer a uma lógica geral, acaba sendo arbitrária e, portanto, podendo não ser as melhores. Que fique afirmado que os autores do documento não reivindicam serem as entrevistas as mais representativas do “pensamento nacional sobre a região amazônica”, e nem mesmo as mais representativas em cada estado da região. As entrevistas realizadas foram aquelas que foram possíveis de serem aceitas, de acordo com agendas pessoais e institucionais. Como, no entanto, os entrevistados ocupam posições de destaque e apresentam sólidas trajetórias profissionais, se mantêm a expectativa de terem sido entrevistas qualitativamente muito relevantes para se perceber a problemática atual vivida pela região. Optou-se, ainda, pela não identificação, ao serem reproduzidos os trechos escolhidos das entrevistas.

Os autores do estudo desejam registrar ainda, nesta apresentação, os agradecimentos pela acolhida oferecida pelos entrevistados, invariavelmente receptivos aos temas propostos para reflexão e generosos em relação ao esforço realizado. Mantém-se a expectativa de que as “falas” selecionadas possam ser esclarecedoras e contribuintes para o aprofundamento dos debates acerca do estado atual e do futuro da grande região amazônica. Da mesma forma, os autores agradecem a generosa colaboração das unidades da Embrapa situadas na Amazônia Legal que realizaram parte das entrevistas.

2. A região amazônica: as interpretações convergentes

Comentar sobre uma região que recolhe 12% do total da população brasileira (21% da população rural) e ocupa aproximados 60% do território nacional, além de ser palco da mais impressionante cobertura vegetal do planeta, com extraordinária biodiversidade, sempre produzirá leituras as mais variadas. Nesta seção, apenas como uma tentativa de sistematizar as diversas e ricas opiniões oferecidas, foram separados quatro temas recorrentes em muitos depoimentos, sejam aqueles que refletiram sobre as especificidades da região ou, então, sobre dois outros aspectos igualmente repetidos regularmente: a biodiversidade da região e as omissões do Estado brasileiro. O quarto tema, que foi igualmente relacionado a este quadro geral, diz respeito à Embrapa na região, cujas opiniões, neste caso, variaram entre o elogio e a crítica ou, pelo menos, a indicação de

campos científicos que ainda não estariam sendo pesquisados. Ressalte-se que na terceira seção há uma referência adicional à Embrapa e sua possível agenda de pesquisa para a região.

2.1 A Amazônia: se existe, qual é, precisamente, a sua *differentia specifica*?

A região amazônica e, menos ainda, a chamada “Amazônia Legal”, é o palco de sub-regiões, ecossistemas, agriculturas e contextos (sociais, econômicos) que são fortemente distintos, fazendo o uso geral da expressão “Amazônia”, de fato, um equívoco – pois poderia se referir a situações muito diferentes entre si. Ou seja, o que diversos depoimentos indicaram é, de fato, a necessidade, cada vez mais sentida e percebida, de tratar esta vasta região sob outras tipologias e reagrupamentos territoriais, pois as velhas noções, ao que parece, não mais se adequam ao que no passado pareciam sugerir. Alguns dos excertos abaixo sugerem a urgente necessidade de se rediscutir a grande região e propor novas formas de entendimento, analítico e empírico:

A Amazônia é muito específica, diferente do resto do País. Devido à sua extensão, não se pode falar de uma agricultura só, mas de várias. Um dos trabalhos seria caracterizar bem estes tipos diferentes de agricultura na Região.

A Amazônia Legal é um continente dentro de um país. A implicação é que qualquer resposta é uma generalidade baseada em parte da realidade da região e pode não ser verdade para outra parte da realidade.

As condições de clima, solos e vegetação são bastante diversificadas (...). Grande parte dos solos da Amazônia (75%) é caracterizada por altos níveis de acidez e baixa fertilidade (...). Menos de 10% do bioma apresenta solos férteis com boa drenagem (...). Os ecossistemas da Amazônia se dividem em aquáticos, como várzeas e igapós, e terrestres, como terra firme (...). Sua vegetação se compõe de formações pioneiras, floresta ombrófila densa e aberta, savana, savana estépica e vegetação secundária.

A região apresenta desequilíbrios intra e inter-regionais. Constata-se que tecnicamente o desenvolvimento da agropecuária carece de tecnologias (sistemas de produção), de variedades agronômicas adaptadas e de infraestrutura de produtiva, tudo agravado pelas distâncias amazônicas.

A Amazônia Legal possui 3,65 milhões de km² de florestas contínuas, divididas em cinco tipos: florestas de terra firme, florestas de várzea do Alto Amazonas, floresta de várzea do estuário amazônico, manguezais e florestas costeiras, áreas com cerrado e cerrado.

Estima-se que existam entre 4 a 5 mil espécies arbóreas na Amazônia. Entre aquelas mais utilizadas, 10% são de várzeas e 64% são de terra firme.

Alguns depoimentos insistiram, de forma expressiva, a existência de um “momento decisivo”, que é o atual, no qual a forma de ocupação do passado vem encontrando seus limites, especialmente se ainda existe a intenção de manter o ecossistema da “floresta em pé”. Conforme dois excertos, abaixo reproduzidos,

Nós tivemos uma época, um incentivo, a uma ocupação e isso forçou a derrubada indiscriminada de mata. Primeiro era um incentivo para isso ou até

uma própria exigência de posse da área. Claro que ninguém dava suporte financeiro nem técnico a quem não desenvolvesse, então era a característica de uma visão de um futuro empreendedor. Era a derrubada da mata o primeiro sinônimo de projeção de futuro.

A Amazônia conserva ainda hoje as principais características de seu patrimônio natural e grande parte de sua riqueza biológica, apresentando grande extensão territorial, inigualável diversidade biológica, imenso potencial genético, apreciável reserva de minérios, bacia hidrográfica com considerável potencial hidrelétrico, água em abundância e vastos recursos pesqueiros.

Quando “apresentaram” a região, em função de um dos temas submetidos aos entrevistados, muitos alertaram para diversos aspectos específicos que fazem esta vasta região ainda mais “específica, única” e radicalmente diferente *vis-à-vis* o restante do Brasil. Algumas partes selecionadas e abaixo reproduzidas demonstram alguns desses aspectos. São ângulos distintos entre si (e essas diferenças não serão comentadas aqui, pois aqueles excertos falam por si mesmos), mas são significativos, pois revelam muitas facetas que, muitas vezes são minimizadas em interpretações mais gerais sobre o Brasil, em geral – ou sobre a região amazônica, em particular. Desde a relevância de uma população indígena ainda relativamente não aculturada (uma situação praticamente única em todo o mundo) e para a qual se esperaria cuidadosas políticas governamentais ao processo de ocupação econômica recente de diversas partes da grande região, cuja velocidade de expansão tem sido acelerada nos anos mais recentes. Os trechos abaixo, da mesma forma, acentuam também as especificidades de estados e regiões internas à Amazônia, o que torna ainda mais inócuo a utilização de expressões abrangentes como “Amazônia” para designar toda a região, ignorando suas profundas diferenças internas.

A população indígena e suas terras somam, respectivamente, 206.685 habitantes e 103.483.167 hectares [no Brasil] (...) as populações quilombolas somam em torno de 8,5 milhões de hectares, ou seja, 1,6% do total da Amazônia Legal.

O Estado do Amazonas é a unidade da federação mais peculiar de todas em termos da missão da Embrapa, pois o setor agrícola responde por menos de 1% do PIB do Estado e a maioria dos agricultores é tradicional e familiar. Por sua natureza, o agricultor tradicional requer apoio individual, pois cada um possui diferentes habilidades, conhecimentos, vantagens comparativas e acesso a informação e crédito (que é uma faca de dois gumes para ele!), o que dificulta em muito a ação da Embrapa, que tradicionalmente desenvolve pacotes tecnológicos padrões para agricultores com acesso ao mercado e crédito. Para dificultar mais, esses agricultores estão espalhados ao longo dos rios e estradas do maior estado da federação, com acesso variável ao mercado e aos bens sociais. Essa natureza peculiar do setor agrícola do Estado ajuda explicar porque a Embrapa Amazônia Ocidental tem tido relativamente pouco sucesso em apoiar o setor agrícola e, como corolário, tem sido relativamente menos produtivo do que outras unidades do sistema. Esta não é uma crítica à Embrapa Amazônia Ocidental, pois outras instituições (INPA, UFAM, IFAM) que atuam no setor apresentam perfis similares. Para dificultar mais ainda, o atual governo do Estado do Amazonas se orgulha de manter 98% da floresta em pé e cria barreiras à expansão dos agronegócios de sucesso em outras partes do país.

Porém é importante lembrar que Rondônia mesmo com esse passivo ambiental significativo nas áreas que foram antropizadas, se eu considerar que

se fala em torno de 32% de áreas desmatadas, nós temos aí 68% do Estado que não foi desmatada, alguém vai dizer: a mas em área de reserva, área de floresta já tiraram alguma coisa de madeira, sim agente sabe disso, dessas informações, no entanto a floresta está em pé. Se foi tirado madeira no Estado, se fala que foi tirado madeira dessas áreas reservas uma coisa assim. Mas você tem 68% do Estado que está preservado, ou seja, que não houve corte raso, pode ter havido coleta de madeira, mais não houve corte raso são áreas de reservas indígenas, de parques, áreas que foi pelo zoneamento destinadas a outras atividades que não à agricultura de corte raso, então tem esse aspecto positivo, embora eu reconheço que esse modelo deixou um passivo ambiental significativo que precisa ser recuperado.

Houve crescimento da pecuária, você tinha nessa época em torno 25 mil cabeças e hoje você tem 11 milhões de cabeças. Têm dados que fala que na década de 70 se produzia em torno de 4 mil litros de leite, hoje nós produzimos mais de 2 milhões de litros de leite. Café esse ano nós vamos ter uma safra histórica mais de 2 milhões de saca de café. Voltamos a aumentar a produção de grãos com a mecanização agrícola, principalmente incorporando áreas de pastagens e até em alguns casos em incorporação de capoeiras.

Nós não conseguimos, por exemplo, um incentivo uma tecnologia capaz de tornar a agricultura familiar realmente mais sedentária aqui na Amazônia. Ou seja, ainda se pratica o sistema de roçado, o sistema de roçado seja baseado naquele modelo de fronteira agrícola, aonde a frente de expansão ela vai sendo pressionada pela frente pioneira pela agropecuária moderna e que obviamente vem se apropriando das terras da pequena agricultura familiar, ela colocando a pastagem para ampliar o leque da agropecuária, e isso com reflexo muito grande na questão ambiental.

Em que condições gerais encontra-se a região? No tópico seguinte são apresentados trechos das entrevistas que focam diretamente “o Estado” e suas insuficiências na região amazônica. Mas neste primeiro item são indicados abaixo outros excertos mais específicos que impedem o desenvolvimento social, a expansão econômica (ainda que adaptada às especificidades regionais) e a prosperidade e o desenvolvimento do bem-estar das populações dos estados amazônicos. Não obstante ser o local de moradia de quase vinte e cinco milhões de brasileiros, as formas de integração econômica são ainda muito precárias e incipientes, há uma crítica generalizada à inexistência de investimentos mais robustos para desenvolver a infraestrutura regional, além de problemas crônicos e fundamentais, como o regime de propriedade da terra, ainda sujeito a disputas sociais (e, muitas vezes, conflitos que produzem vítimas), assim impedindo que um pilar fundamental – a propriedade da terra – possa ser alicerçado devidamente na região.

[Na região o] mercado é muito limitado.

Há pouca produção da região, de baixo valor agregado.

Eu diria que essa infraestrutura ela é medíocre. Ela é pequena, ela é ínfima para o potencial que nos descrevemos anteriormente.

Eu vejo muitos gargalos na questão da infraestrutura, a Amazônia ela não foi uma região que foi pensada, planejada pelo governo federal para o seu desenvolvimento.

Vou citar como exemplo o Amapá, o que adianta nós termos, se nós tivéssemos aqui espaços, por exemplo, para sermos um grande produtor de grãos, pra efeito de exportação, por onde nós íamos exportar?

As nossas próprias rodovias que estão sendo asfaltadas, ainda nem conseguimos chegar no final do asfalto, e já estamos começando a recuperar os primeiros trechos.

Um dos grandes problemas que temos é a questão de legalidade de terra. E se reflete em que em tudo. Acho que começa pela questão agrária, regularização fundiária.

Se não tem como regulariza a terra não tem como tirar madeira legal e sai clandestina. Não deixa de tirar, sai de qualquer jeito. A pressão hoje é maior em função das demandas que você tem. Você tem uma demanda maior por exploração florestal, financiamento, então aumentou a pressão para que haja regularidade, mas é muito devagar.

Essa questão de conflitos, principalmente a questão agrária, nós percebemos fortemente no Estado do Pará.

À luz dos argumentos extraídos dos depoimentos recolhidos, e citados acima, explicitamente ou, muitas vezes, nas entrelinhas, há uma sensação generalizada entre os entrevistados sobre a necessidade de tratar a região amazônica como “um caso à parte”, pois suas particularidades assim exigem. Por isto, existe igualmente um combate, com gradações variadas (mais fortes e explícitas ou mais moderadas) às “visões convencionais” sobre o significado do desenvolvimento a ser perseguido regionalmente. Por tal razão, a frase abaixo reproduzida é emblemática de um sentimento mais amplo, fortemente compartilhado por quase todos aqueles entrevistados, ainda que oferecido sob nuances muitos distintas. Se verdadeiro este sentimento e bem assentado empiricamente, então se exigiria um “conhecimento novo”, na forma de interpretações inovadoras e ousadas, ao se pensar o futuro da região.

Na Amazônia legal não deverá ser proposto um modelo de desenvolvimento e sim políticas de desenvolvimento regionalizadas que culminem em um desenvolvimento integral (econômico, cultural, social e ambiental).

Entretanto, aceito aquela sensação acima compartilhada por muitos, o passo seguinte indica uma zona de enorme incerteza. Ou seja, se aceito o diagnóstico sobre a inadequação das interpretações correntes, de um lado, ou as propostas concretas de ação decorrentes das políticas governamentais, de outro lado, o que fazer então? As respostas a esta pergunta, que sugerem as formas de ação (social, governamental, do setor privado), caminham por vias as mais tortuosas e contraditórias entre si. Inclusive com visões que conflitam com levantamentos de dados já existentes, como é o caso do primeiro excerto abaixo, que contradiz conhecimento que parece consolidado (além do depoente não sugerir, na sequência da entrevista, o que poderia ser o caminho na utilização do solo, aceitando a sua observação sobre o erro das atuais avaliações que insistem na pobreza dos solos, na maior parte da região).

Já é hora de se rever o estigma que marcou a Amazônia como uma região recoberta de solos quimicamente pobres e inaptos para a agricultura. Na maioria das vezes, a inaptidão esteve no modelo agrícola que se tentou implantar.

Apesar disto, as condições ambientais e socioeconômicas da Amazônia Legal são favoráveis ao desenvolvimento de sistemas de produção agrícolas, pecuários, agroflorestais e florestais (...). O foco desses sistemas de produção são os mais de 70 milhões de hectares desmatados.

A agricultura amazônica tem um papel fundamental. No modelo de ocupação que já ocorreu não temos como modificar, pela questão de direito de propriedade. Áreas que foram transformadas para pecuária necessitam ser mais eficiente na utilização destes espaços para não tencionar as áreas de floresta. Os produtos de commodities poderão utilizar estes espaços transformados, dentro de uma visão que consiga compatibilizar os conflitos existentes, externos e internos.

Face à esta indefinição sobre “o que fazer”, para alguns seria incorreto pensar na possibilidade de interpretar a região amazônica à luz de um “padrão”, o qual contivesse uma inteligibilidade suficiente para explicar o desenvolvimento da região. Para esses entrevistados, o trecho abaixo sintetiza esta insatisfação com os “modelos explicativos”.

Eu acho, sinceramente, que não tem um padrão, não se consegue definir acertadamente pensando num padrão, mas em modelos, em padrões, talvez seja mais fácil pensar um pouco no quanto é diverso as relações na Amazônia e quanto seria difícil conseguir uma otimização de tudo pensando em uma coisa única, e as diversidades são tantas.

Outros entrevistados, também compartilhando desta visão sobre a insuficiência das atuais interpretações e insistindo na “especificidade amazônica”, sugerem até mesmo que as práticas de pesquisa relativas à região precisam sofrer uma radical mudança em relação à sua forma convencional, dominante nos centros de pesquisa mais fortes do país. Segundo esses depoimentos, é preciso reorientar a pesquisa. Curiosamente, no entanto, conforme o trecho abaixo, existem ilações decorrentes que não são claramente explicadas e parecem seguir mais aos jargões de ocasião (conforme se indicará em outra parte deste documento).

Enfrentar esta realidade exigirá enormes investimentos, que, infelizmente, darão poucos retornos para a Embrapa em termos dos indicadores de avaliação normalmente usados pelas agências de C&T do país, pois dar atenção quase que individualizada a estes clientes não gerará muitas publicações em revistas indexadas, nem muitos patentes em produtos e processos de uso geral pelo setor agrícola. No entanto, contribuirão enormemente para a inclusão social dos agricultores familiares tradicionais e colonos do Estado [Amazonas].

Por fim, diversas partes das entrevistas sugeriram problemas estruturais de difícil solução em prazo curto, conforme o primeiro trecho reproduzido abaixo. O segundo trecho, no entanto, embora corretamente apontando para uma das diversas tensões que fazem a região amazônica atualmente um objeto de interesse tão forte (e urgente), qual seja a necessidade de discutir as possibilidades de convergência, se essas existirem, entre os interesses nacionais e as pressões internacionais, sugere, no final, um caminho controverso. Ao sugerir, ao final, a construção de um “padrão agroecológico”, o entrevistado parece estar apenas pagando pedágio a um dos novos jargões dos tempos recentes, pois a sua entrevista (ou as demais, quando repetem tal jargão) não consegue ser mais específica sobre o significado deste “padrão alternativo”.

No Brasil se formam 11.000 doutores por ano, mas na Amazônia temos apenas 4.000 doutores atuando, concentrado em Belém e Manaus. Precisamos de mais profissionais trabalhando aqui, pois isto se difunde em todas as áreas de atuação econômica, social e cultural. Enquanto não houver um investimento maciço em recursos humanos na região, nós ficaremos sempre patinando. Nosso maior gargalo são os recursos humanos.

Mas existe a preocupação, do ponto de vista da agricultura (e extrativismo), do que pode ser feito para a geração de ocupação, de emprego e de renda para esta população que está aqui. Este é um lado, de outro a pressão internacional para conservação. Como construir um padrão de agricultura e de uso dos recursos naturais, que consiga compatibilizar esta duas tensões, uma tensão interna e uma tensão externa. Aqui teremos que investir toda nossa capacidade, por que qualquer padrão deverá atenuar o impacto da pressão externa, deverá ter um caráter agroecológico, que demonstre equilíbrio e que não pressione o desmatamento e utilize os recursos de uma forma que considere a capacidade de resiliência da natureza.

2.2 Biodiversidade: uma palavra mágica?

A Amazônia abriga a maior diversidade do mundo

O desenvolvimento de produtos agrícolas oriundos da biodiversidade regional é muito difícil, especialmente numa colônia subdesenvolvida (...). O Brasil já teve um programa para tentar fazer isto (o Programa de Cultivos Pioneiros), mas o abandonou no Governo Collor, o que deixa uma tarefa muito difícil na mão de grupos de pesquisa individuais que dependem de editais de CNPq e Finep para financiamento. Nem a Embrapa conseguiu garantir o apoio humano e financeiro para uma tarefa que levará pelo menos uma década para se concretizar com cada componente da biodiversidade que oferece uma oportunidade.

Como deveria ser esperado, as entrevistas, praticamente sem exceção, além de acentuarem a especificidade amazônica com relevos acentuados, quando comparada com as demais macrorregiões brasileiras, enfatiza outro lugar comum: a biodiversidade. Esta tem sido apresentada sob forma um tanto encantada, pois se encerra uma curiosa insuficiência: de um lado, todas as evidências empíricas mais gerais (diversidade da fauna, da flora, espécies ainda não catalogadas estimadas, entre outros indicadores) sugerem, de fato, ser a Amazônia um santuário de biodiversidade sem rivais em todo o planeta. De outro lado, contudo, a pergunta ainda sem resposta parece ser: “e o que fazer com esta biodiversidade?” Neste sentido, as entrevistas transitaram em meio a esta antinomia e sua insuficiência não apenas analítica, mas principalmente operacional e prática, ou seja, “o que fazer” com esta extraordinária biodiversidade.

Conforme os trechos abaixo, existe um aparente consenso sobre: (a) o valor da biodiversidade amazônica; (b) sua potencialidade econômica, e (c) mas, contraditoriamente, o desconhecimento parcial sobre esta mesma biodiversidade. É provável que nenhuma outra instituição brasileira conseguirá mobilizar recursos, humanos e outros, como a Embrapa, caso se decida avançar com maior desenvoltura na resolução deste impasse entre o aparente e o real, no tocante à biodiversidade potencialmente existente na Amazônia.

Quanto às atividades econômicas na Amazônia, o maior investimento está em tirar proveito da diversidade da floresta, este é o grande desafio. De que modo nós conseguiremos apropriar esse grande potencial que a floresta nos oferece, transformar isto em oportunidade. Aí é investimento em pesquisa e tecnologia.

A Amazônia tem um grande potencial na questão da biodiversidade, sempre a gente tem que colocar o desenvolvimento, mas obedecendo a essas questões locais. A biodiversidade é muito forte na Amazônia, mas pra termos realmente essa condição de desenvolver a biodiversidade, primeiro é preciso conhecer esse tamanho da biodiversidade. Eu acho que o investimento tem que ser nesse sentido de dimensionar essa biodiversidade.

Como eu disse anteriormente, olhar essa também a questão da biodiversidade. Estudar (...). Tem produtos da biodiversidade que nós não conhecemos, não entendemos o desenvolvimento daquela cultura, daquela planta, acho que é importante focar aí e conhecer realmente, quem sabe desse produto fazer um novo produto, quem sabe verticalizar a produção, quem sabe enriquecer mais fazendo com que a tecnologia atue nesse ambiente como fator de desenvolvimento pra que possa aumentar a produtividade desses produtos da biodiversidade.

Quando se fala em recursos, considero recursos humanos, financeiros e naturais. Considerando os recursos naturais, a biodiversidade é o principal recurso disponível na Amazônia. O modelo agroecológico deve considerar a manutenção e o aproveitamento da biodiversidade. Não adianta querer manter a biodiversidade sem um caráter de uso econômico para ela considerando sua resiliência. Deve-se considerar a temporariedade do recurso biodiversidade e também adequar os modelos de utilização da terra para produção de alimento com a manutenção da biodiversidade. Deve-se aproveitar a característica do camponês amazônico, que não tem uma tensão tão forte de uso dos recursos naturais.

Existe um mercado para produtos da biodiversidade. A indústria farmacêutica continua crescendo, o mesmo com a indústria de cosméticos. A riqueza existente em termos de moléculas – apesar do bombardeio que existe dos grandes laboratórios – é um mercado potencial.

Se um novo esforço multidisciplinar, contando com a participação de diversas instituições, sob a liderança da Embrapa, puder ser implementado, visando aprofundar o conhecimento sobre a biodiversidade *realmente existente* na região amazônica, se estaria oferecendo também a chance para melhor esclarecer sobre outra palavra que ainda mantém algum “encantamento”, embora pouco prática, em termos empíricos. O discurso dominante em nossos dias requer o uso compulsório do termo “sustentabilidade”, embora seu significado concreto, nas atividades de manejo de recursos naturais, agricultura e outras, ainda mantenha imensa incerteza. Neste sentido, trechos das entrevistas também repetirão o jargão e, da mesma forma, pouco sugeriram sobre “o como” sob o qual se constroem padrões de sustentabilidade que sejam passíveis de ampla utilização social e econômica.

Eu acho que o modelo pra Amazônia ele tem que ser um modelo que dê uma certa prioridade à sustentabilidade, acho que o modelo de desenvolvimento pra Amazônia não pode ser de outra forma, ele tem que ser um modelo voltado pra

sustentabilidade, modelo que permita que a gente cresça economicamente, que a gente distribua melhor a renda, mas que ele seja sustentável, não adianta a gente pensar em só ter recursos financeiros porque, como eu disse no início, a miséria, ela vê um grande plantio de soja, 400 mil hectares de soja, rende uma divisa extraordinária para o país, rende, mas a distribuição dessa renda fica tudo ali com um punhado de pessoas que são donos dessas terras e dessa produção. Então nós temos que pensar modelos de sustentabilidade,

O padrão eu creio que seria uma tecnologia que não só buscasse a produção, mas principalmente levasse em consideração a sustentabilidade. É que a produção seja prolongada por muitos anos sem que comprometam os recursos naturais e os ecossistemas. Então, a produção não que seja a mais produtiva, a mais eficiente, mas que seja a mais viável, duradoura, tendo em conta não a máxima produção, mas o equilíbrio de produção e renda satisfatória mas que preservasse a questão da sustentabilidade, é isso que dá a garantia para que se tenha menor nível de problemas, com relação às questões de doença, culturas e outros enalços negativos que venham comprometer a sustentabilidade da produção.

O uso sustentável dos recursos naturais deve ser a âncora do modelo de desenvolvimento a ser promovido na região.

É importante ressaltar, no entanto, que diversos entrevistados esboçaram áreas específicas nas quais a Embrapa e outros institutos de pesquisa poderão atuar com maior desenvoltura, promovendo agendas de investigação que mobilizem mais recursos humanos e financeiros. Algumas dessas áreas ocorrem em torno de produtos particulares, enquanto outras envolvem atividades centradas em sistemas de produção que focam diversos produtos. Muitas dessas possibilidades já são objeto da ação da Embrapa atualmente e as entrevistas, algumas vezes, evidenciaram, muito mais, uma insatisfação com os níveis de recursos utilizados, julgados insuficientes.

É necessário estruturar um modelo de desenvolvimento que combine diversificação da produção com incorporação de novas tecnologias e agregação de valor aos produtos regionais, estimulando a geração de empregos, a melhor distribuição de renda e a redução dos impactos ambientais.

Para valorizar a floresta em pé, é fundamental localizar os recursos florestais além da madeira: alimentos (açai), fibras, resinas, flores tropicais, cascas, sementes, óleos, aromatizantes, cosméticos, etc.

Torna-se necessário ampliar a demanda por esses produtos (um “choque de consumo”).

O açai é um exemplo típico de que as questões econômicas e de mercado direcionam o uso dos recursos naturais, muitas vezes em uma velocidade que a pesquisa não consegue acompanhar.

Além dos cultivos tradicionalmente praticados na região, a exploração dos recursos da biodiversidade poderá alavancar o desenvolvimento regional, assegurando a geração de oportunidades de trabalho e renda para a população regional.

Dos outros produtos do extrativismo, apenas a água, eu acho que é um produto que a gente pouco olha, mas a Amazônia é um referencial de água potável do mundo, acho que isso deveria ser olhado com mais carinho, que é um

outro produto que deve ser trabalhado, pensado, planejado para o Brasil, porque isso pode ser a solução de problemas de muitos lugares do mundo, inclusive daqui do Brasil, de alguns estados. Fora isso, eu não vejo nenhum outro produto, veja bem, em que possa ser tirado diretamente do extrativismo, em que ele tenha uma sustentabilidade muito grande. Eu poderia pensar “ah, mas o açaí”. Bom, o açaí alimenta a população, o açaí alimenta determinado segmento da população, mas se você pensar em um processo de exportação para outros continentes, outras coisas, nós não vamos ter, porque nós temos pouco açaí plantado, nós usamos o açaí da várzea.

Em outros trechos, os entrevistados, sob tal ótica acima indicada, foram ainda mais explícitos, sugerindo agendas de pesquisa que, assim insistiram, podem ser potencialmente promissoras. Mas deve ser notado que muitas dessas sugestões são também marcadas, algumas vezes, por expressões vagas que associam potenciais comportamentos sociais com cultivos agrônômicos ou pesquisas específicas, parecendo existir certa confusão sobre as fronteiras demarcadoras entre esses esforços (a pesquisa, a extensão rural, as interpretações sobre o desenvolvimento agropecuário).

Eu não vejo a Amazônia se desenvolvendo tanto economicamente, socialmente, o próprio desenvolvimento industrial da Amazônia. A Amazônia deveria ter um parque industrial com os produtos oriundos da Amazônia, deveria ter uma zona franca como nós trabalhamos para ter uma aqui no Amapá, mas acho que não deveria ser uma do Amapá, a Amazônia deveria ter uma zona de livre comércio capaz de industrializar aqui, de agregar valor a todos os produtos que nós temos aqui, que o nosso açaí pudesse sair daqui com uma qualidade extraordinária para ser consumido em qualquer lugar do mundo, mas com agregação de valor. Que a nossa madeira pudesse sair daqui em forma de móveis, de esquadrias, exportada pra qualquer lugar do mundo, com certificação florestal. Eu vejo assim, é o meu pensamento.

A domesticação de espécies da biodiversidade regional deve merecer especial atenção e alavancagem, embora se saiba do tempo e dos recursos necessários continuamente pra tal missão, o que será atingido no médio longo prazo. Entretanto tal iniciativa não responderá certamente para assegurar corretamente a grande demanda para a alimentação da atual e crescente população da região, daí a necessidade de fortalecer o atual sistema de pesquisas presente na região, para a adequação e melhorias dos sistemas tradicionais de cultivo para produção de alimentos.

A outra questão é como utilizar os recursos naturais da Amazônia fora do padrão usual, que não temos como impedir, pois não temos governança suficiente para controlar. Temos que construir governança, mas como fazer isto para dar conta de imensidade que é a Amazônia.

Para o futuro, eu relaciono como prioritário as pesquisas da Embrapa na área de biotecnologia, principalmente na prospecção de produtos da biodiversidade.

Preços remuneradores, canais de comercialização, porque vamos falar aqui de alguns produtos: as castanhas; as borrachas que temos de extrativistas e seringueiros e você sente e sofre uma flutuação de preço, quando o preço está bom pessoal volta para a floresta, quando o preço cai o pessoal abandona as atividades, então o governo atualmente criou algumas políticas que melhorou esse situação, mas ainda não é o ideal. É preciso avançar nesta questão, isso é

para Rondônia. Imagine isso para o Estado do Amazonas, pro Estado do Acre que tem o extrativismo mais forte do que Rondônia? O Estado do Pará também que tem o extrativismo mais forte, então para estes Estados, principalmente você precisa ter uma política para apoiar os produtos que chamam os produtos da biodiversidade, que está começando, mas principalmente os técnicos ainda não dominam muito bem esta questão.

Eu vejo uma quebra na produção agropecuária na Amazônia nos próximos anos, esse é meu pensamento, por quê? Porque a pressão está sendo muito grande em função de que muitos desses produtores, eles usaram de meios que o governo federal considera ilícitos e que isto tem causado problemas na Amazônia, grandes frigoríficos inclusive fecharam em função de que os supermercados, os importadores deixaram de comprar esses produtos porque eles foram oriundos de desmatamentos feitos ilegalmente, enfim, toda a cadeia da produção dessa carne ela foi feita de forma irregular, e o mundo não aceita mais isso, há uma pressão muito grande e vai haver uma retração.

Tem que continuarem as pesquisas voltadas para utilização dos produtos potenciais da biodiversidade, dentro da construção de sistemas agroecológicos mais eficientes, considerando tanto o agronegócio como a agricultura familiar. Deve-se buscar uma agroecologia voltada para agricultura familiar e uma agroecologia em cima do agronegócio.

2.3 Embrapa e a agenda geral de pesquisa

Como o conjunto de entrevistados avalia a ação de pesquisa fomentada pela Embrapa, através de suas unidades existentes na região? Inicialmente, diversos trechos comentam sobre “a pesquisa em geral” e sua situação atual na Amazônia.

Medíocre [a atuação da pesquisa em geral] também porque uma boa parte dos centros de pesquisa, eles apenas agregam pesquisas de outros centros.

Nós não podemos ainda conceber na Amazônia que tenha um rebanho significativo ainda com problemas, por exemplo, como a aftosa, que emperra, nós temos mosca-da-carambola aqui no Estado do Amapá, que não nos permite que a agricultura, por exemplo, o Amapá exporte algum tipo de fruta.

Carece de tecnologias (exemplo: variedades agrônômicas adaptadas).

A indústria de madeira na Amazônia oferece 127 mil empregos diretos e 105 mil indiretos (84% da madeira em tora do Brasil e 30% do carvão vegetal) (...) Embora pouco significativo em termos econômicos, os produtos florestais não madeireiros são fundamentais para as populações locais (...). Mas falta muita pesquisa!

Mas na maioria dos outros estados da Amazônia não existe essa quantidade muito grande de técnicos, aqui mesmo no Amapá, nós temos problemas ambientais causados pela criação extensiva de búfalos e isso tem nos causado problemas ambientais graves, eu me lembro de que nós requeremos entrar com um estudo, que nós só tínhamos um técnico da Embrapa capaz de fazer esses estudos, de capacidade de suporte, de verificação de água e uma série de coisas.

Especificamente sobre a ação da Embrapa, os comentários variaram entre opiniões muito elogiosas e, no outro extremo, avaliações fortemente críticas. Ainda que se reconheça como inevitável este espectro de percepções (em face dos inúmeros desafios existentes), é provável que esta ampla variação possa estar indicando a inexistência de uma “estratégia geral” da Embrapa em relação à região e a necessidade de aprofundar a viabilidade de suas diretrizes específicas para a Amazônia. Como indicado abaixo, alguns enxergam na ação da Embrapa apenas a repetição do “modelo sulista” ou da “agricultura convencional” e não julgam existir inovação na pesquisa, adaptada às especificidades regionais. Outros são elogiosos, provavelmente percebendo a importância de uma empresa pública de porte nacional nas ações de pesquisa do estado, como forma de estímulo à produção de conhecimento local e ao aperfeiçoamento dos recursos humanos existentes.

Eu acho que a Embrapa ela tem, talvez seguindo uma orientação pautada principalmente no desenvolvimento do país, seguido uma linha capaz de responder a esse desafio que é o desenvolvimento nacional. Eu diria que é uma opção de empresa, opção de governo, mas eu acho que ela tem melindrado a sua atuação em nível de região.

Eu acho que uma instituição como a Embrapa, que deu uma contribuição extraordinária, e continua dando ao país, a Embrapa nos orgulha muito, eu mesmo, um dia desses estive viajando pela Ásia, na China, no Japão, a Embrapa é conhecida em todos esses lugares, pela sua competência, por aquilo que faz, pelo agronegócio que ela conseguiu incrementar no Brasil, é uma referência mundial, agora eu te pergunto, quando você joga isso, tudo que a Embrapa representa pro Brasil pra nível regional, você não vê, por exemplo, os estados se apoderando desse conhecimento da Embrapa. Eu fico possesso quando eu vejo um estado pequeno que nem o nosso, o secretário de agricultura, no início de um mandato de governo, não chamar a Embrapa e dizer “eu quero vocês aqui”, “eu vou financiar vocês pra gente trocar tais e tais coisas”, “vocês têm competência pra fazer isso aqui?” “Vocês podem fazer?” “Então nós vamos planejar o desenvolvimento agrícola do estado com vocês aqui, a agropecuária”.

Ela [a Embrapa] teve uma participação em toda a história de Rondônia. Não consigo imaginar qualquer atividade agropecuária sem uma presença muito próxima da Embrapa.

No passado eu era muito crítico da forma de atuação da Embrapa na região, devido a maioria das pesquisas serem feitas na forma de “pacotes” da revolução verde. Hoje este quadro está modificou muito. Hoje ela consegue dialogar com os diversos segmentos, coisa que naquela época não acontecia. Por exemplo, discutir açaí com a Embrapa naquela época, não era possível, vinham os pacotes prontos que independiam da vontade do pesquisador.

Neste ponto a Embrapa avançou bastante na metodologia e interesse do que pesquisar. Por isto hoje a pesquisa da Embrapa está mais próxima da propriedade, com ganhos para os produtores e para a própria Embrapa. O modelo anterior era ditatorial, o país vivia uma ditadura, hoje estamos numa sociedade democrática onde é fundamental discutir com todos os atores envolvidos em qualquer temática.

No geral, eu vejo a Embrapa muito voltada para essa questão da agropecuária, como carro-chefe da questão na Amazônia, mas deveria também, eu acho que é importante, não só a agropecuária, mas do conceito de agricultura como um todo, atividade agrícola, da pecuária, e outras atividades. E eu acho que a Embrapa deve se voltar também para essas questões importantes da

biodiversidade. Deve focar muito fortemente no aproveitamento dessa biodiversidade como fator de desenvolvimento local

Na Embrapa há poucos recursos. Para analisarmos um solo aqui no Estado se a UNIR não fizer precisamos mandar para Cuiabá ou Goiânia há necessidade de uma infraestrutura aqui no estado.

Dentro da Embrapa ainda há o tratamento igualitário, é diferente trazer uma tecnologia para Leite, um pequeno produtor de uma propriedade de 10 alqueires de terras para um de 200 ou 300 alqueires de terras. Não é dividir a Embrapa e sim criar um departamento específico para discutir a agricultura familiar dentro do Governo.

Insuficiente. Esta avaliação não é realmente uma crítica a Embrapa, mas sim ao MAPA e ao governo federal em geral. Num continente como a Amazônia, ter apenas nove centros para atender centenas de milhares de famílias e agroempresas é mais uma prova do status de colônia da região. O resultado do pequeno número de centros é que cada centro tem um raio de ação pequena, que deixa enormes vazios de atuação na região. Isto é especialmente dramático em termos de atenção aos agricultores tradicionais, tanto indígenas como caboclos, pois suas localizações espalhadas pela região exigem propostas únicas para cada localidade. Os centros da Embrapa simplesmente não possuem recursos humanos e financeiros para atender este enorme contingente populacional.

Contudo, novamente no que diz respeito ao “como fazer” as entrevistas sugeriram uma nítida evidência de hesitação, reveladora de prováveis impasses relativos às agendas de pesquisa e à necessidade de incentivar um esforço bem mais amplo e vigoroso na constituição das agendas de pesquisa para os próximos anos. Como apontado na apresentação deste relatório, as entrevistas não revelaram nenhum caso de uma agenda de pesquisa “intermediária”, aquela que não se situa em nível de formulação excessivamente genérico e, por isto, insuficiente para definir o “como fazer”, enquanto algumas (poucas) entrevistas situaram-se no outro extremo, quando se apresentar níveis “micro” de propostas de pesquisa, sob as quais se perde o foco geral. Alguns exemplos são registrados abaixo, como ilustração desta lacuna. É igualmente relevante salientar que as entrevistas realizadas parecem também evidenciar iguais hesitações metodológicas, não apenas no tocante aos “objetos de pesquisa”. Diversos depoimentos indicaram insatisfação com as metodologias mais convencionais de pesquisa e insistiram na necessidade de trabalhos de pesquisa que sejam “mais próximos” dos agricultores, embora sem sugerir uma rota metodológica conhecida. Permanece aqui, como resultado, outro desafio, que é discutir formas de produção do conhecimento em associação com metodologias apropriadas de transferência de tecnologia.

Deve-se fortalecer a prospecção das demandas, em conjunto com os atores locais (...). É preciso unir a pesquisa, a extensão rural, os órgãos de comando e controle e os comunitários.

A transferência de tecnologia é, portanto, um desafio. Provavelmente deve ser realizada por meio de contatos pessoais entre os interessados e pesquisadores quando são repassados os conhecimentos gerados pelas pesquisas. Esse processo pode ocorrer nas visitas às comunidades rurais e aos órgãos de extensão públicos e de ensino.

Primeiro, pesquisa voltada para a biodiversidade regional, então, primeira prioridade. A Embrapa realmente tem que aumentar suas pesquisas nesta

perspectiva de fomentar e realmente responder a esta demanda em relação a biodiversidade de produtos regionais. Segunda prioridade, a Embrapa precisa ter uma participação maior, um envolvimento maior com a sociedade regional, é verdade a Embrapa não é um órgão de extensão, pois quem faz a extensão é o estado, mas a Embrapa, ela tem que voltar a sua pesquisa para a sociedade.

Eu acho que a Embrapa deveria trabalhar a questão florestal. Pra mim ela é sine qua non, porque todos os estados da Amazônia têm um potencial muito grande e que precisam ser usada de forma correta, dentro de padrões de tecnologia capazes de gerar emprego, renda, qualidade de vida. A outra área é piscicultura, acho que a Embrapa deveria ter no seu planejamento uma meta a ser atingida dentro da área de piscicultura, porque eu vejo um potencial extremamente grande, e que produza um produto que é imprescindível para o ser humano, que é a proteína animal. E a outra é a biodiversidade. Eu acho que a biodiversidade ela não pode ser deixada de lado de forma nenhuma.

A implicação é que uma agricultura padrão na Amazônia não existe, o que dificulta sobre maneira o trabalho da Embrapa e seus parceiros. 3) A Amazônia Legal contém uma enorme diversidade de agricultores, desde agricultores tradicionais indígenas até agroempresas que concorrem de igual por igual com as melhores dos países desenvolvidos. A implicação é que a Embrapa precisa tomar decisões claras sobre quem são seus clientes no momento em que decide desenvolver uma tecnologia qualquer. 4) A Amazônia Legal é uma colônia do Sudeste do Brasil.

Por fim, ilustrado por um trecho de entrevista abaixo reproduzido, ressalte-se, uma vez mais, a persistência de “jargões da moda”. Embora salientando a necessidade de propor diversos “sistemas produtivos” para a região, em face de sua diversidade, novamente se insiste na “agroecologia”, como se esta fosse uma ciência conhecida ou um modelo ou paradigma assentado entre as práticas de pesquisa estabelecida.

O papel fundamental da Embrapa deve ser a questão da agroecologia na geração de sistemas específicos para cada realidade, não dá para pensar num modelo único para a Amazônia, para cada região deve ter algumas combinações de sistemas agroecológicos que permita alcançar a produção de alimentos. Uma questão fundamental a produção de alimentos e a característica da quantidade de água disponível – a criação de peixes em cativeiro ou semi-cativeiro – é um fator fundamental e que entra no esquema agroecológico.

2.4 A ausência do Estado

Eu acho que o Brasil, hoje ele tem capacidade de pensar o país multipolar. Não podemos pensar que uma idéia, um projeto, se ele dá certo em determinado local ele possa ser replicado de imediato para outros locais, nem aproveitado. Acho que tem que dar a oportunidade de criar um Brasil multipolar.

Existe uma cultura, existe uma tradição, de que esses Estados eles passaram por um processo de federalização das suas áreas, eles foram territórios federais, e como os territórios federais eles estão vinculados diretamente ao poder central, ou seja, essas amarras na verdade ainda estão muito impregnadas na forma de organização da participação da população no governo. Então se espera muito

pelo governo, e obviamente participa-se muito pouco das iniciativas coletivas a nível regional.

Em função de um dos temas apresentados na entrevista, todos os depoentes se manifestaram sobre o Estado e a ação governamental na região. A maior parte, em grande proporção, registrou opinião fortemente crítica, sobretudo denunciando a ausência do Estado na Amazônia ou, quando menos, a sua insuficiência. Alguns teorizaram sobre o assunto, indicando, por exemplo, a natureza historicamente periférica da região, assim justificando a fraca presença das políticas públicas na Amazônia. Mas todos os entrevistados insistiram, como seria inevitável, na necessidade de mais protagonismo estatal nos esforços de produção de diagnósticos e avaliações sobre a Amazônia, assim como na implementação de projetos e programas que possam, finalmente, estimular o progresso social naquela vasta região brasileira.

O Estado ainda é a principal figura, o principal ator e o principal agente dessa criação, geração, dessas infraestruturas de oportunidades para suprir esses gargalos e essa parte logística a nível regional, que eu identificaria como um dos principais gargalos para o desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária aqui na região.

A ausência do poder público, do governo, pode ser responsabilizada como a maior causa da inexistente organização social, do baixíssimo nível de escolaridade e da baixa expectativa de ascensão social da população.

A governança é toda deficitária, porque são interesses que perpassam pelo nível federal, nível estadual, nível municipal, nível particular, empresa particular. Então, vai sendo levado assim, você não tem essa capacidade de ficar coordenando as coisas com um sentido maior, integradamente.

Existem os chamados vazios de governança, esses vazios de governança eles são visíveis, um estado pequeno como o nosso você vê o Estado ausente de muitos e muitos lugares, muitas situações, quer dizer o Estado não se faz presente como ente que deveria estar presente na vida da sociedade como um todo.

Como consequência do foco em grandes projetos localizados, existem enormes vazios de governança na região. O mais famoso talvez seja a Terra do Meio, no Pará, mas a pobreza da maioria dos governos municipais cria situações similares em todos os grandes e muitos dos pequenos municípios da região, a diferença sendo que a pressão da grilagem fora da Terra do Meio é talvez menor. Nos vazios de governança e sem bens sociais, a população de municípios longe dos projetos atuais e velhos de infra-estrutura migra para os centros urbanos mais próximos ou até para Manaus e Belém, inflando as periferias pobres.

Citam-se gargalos tecnológicos e "problemas": (a) questão fundiária, com muitas incertezas jurídicas; (b) cultura da floresta como "inimiga"; (c) escassos recursos humanos; (d) corrupção; (e) a cultura da AM como "provedora" de recursos naturais; (f) falta de infraestrutura; (f) limites de governança; (g) predomina a busca de soluções simples para um contexto de alta complexidade.

Perguntados sobre a ação específica do Estado, as entrevistas revelaram a precariedade dos investimentos realizados e, desta forma, a insuficiente infraestrutura que atualmente caracteriza a Amazônia. Alguns foram mais específicos e citaram políticas

setoriais que são inadequadas ou até inexistentes e um entrevistado, em particular, recomendou a formatação de uma ação pública que estimule mais intensamente a formação de redes que possam disseminar a informação e o conhecimento.

A Infraestrutura física e de recursos humanos é deficiente, faltam recursos para o desenvolvimento de pesquisas, dispersão de esforços e recursos que concorrem ainda mais para a baixa produção de conhecimentos.

Importante observar a precária situação de infraestrutura das instituições que atuam em agropecuária na região.

Um dos gargalos regional está na dificuldade de se obter quantificações sobre o valor monetário gerado pelas atividades agropecuárias regionais pela falta de registro e controle dos procedimentos comerciais. (pobreza das estatísticas).

Ainda hoje são poucas e tímidas as trocas de saberes e conhecimentos oriundos de redes de participação científica e tecnológica entre as instituições na região. A EMBRAPA poderia exercer um papel importante no fomento dessas redes buscando uma atuação diversificada em ensino, pesquisa e extensão.

É a falta de um programa do governo federal de reconhecimento das terras, as terras são públicas, então ninguém é dono de terra, agora que está se tentando fazer com que essas terras deixem de ser do poder público e passem a ser das pessoas que vivem nesses locais, esses cidadãos, então há sempre esse conflito.

O que a gente sente é uma total deficiência e insuficiência por políticas públicas mais claras, mais "pé no chão", menos conceituais e mais práticas, do ponto de vista de poder acompanhar pelos resultados. A gente ainda fica muito ligado a determinados indicadores, que são muito quantitativos, mas uma dificuldade fantástica da gente qualificar e ver de fato o que acontece, como é que isso está se refletindo na vida, no mundo real,

Política florestal não existe; esse é o grande vazio. Infraestrutura vem junto com política. Tem que ter armazém, estrutura, calcário, adubo. O único lugar [de produção] de calcário foi fechado, porque tinha um morcego raro dentro da caverna! Ficou um tempão fechado.

Retirou-se essa atividade da extensão rural (...) e transferiu essas atividades para institutos (...) assistimos uma segmentação e uma fragmentação da extensão rural, agora com diversos nomes, o que no meu entendimento é algo bastante estranho. A extensão rural continua a fazer ações muito diferentes de seu propósito. É comum o extensionista lá na localidade usar o seu veículo para transportar doentes, pessoas feridas por acidentes, como picadas de cobra, e outros animais peçonhentos; usar o veículo para transportar uma farinha de um produtor lá do final do ramal, onde o caminhão da feira não tem condições de chegar.

Nós temos hoje uma consciência de consolidar a produção com a questão do meio ambiente e isso carece de políticas públicas, que dêem assistência técnica e pesquisas, onde poderemos produzir maior quantidade em menor área, a questão do meio ambiente vai ser levada em conta, o modelo convencional de produção no Estado está falido.

3. A região amazônica: síntese de alguns dos pontos de divergência

Aliás, a frase nem faz sentido, pois o termo modelo pressupõe que alguém tem pensado sobre o que significa desenvolvimento na Amazônia, o que deveria levar à elaboração de uma política de desenvolvimento para a Amazônia.

Existem dezenas, se não milhares de idéias sobre o desenvolvimento na Amazônia (...). Especialmente no imaginário da maioria da comunidade de P&D&I existe a idéia de que é possível fazer um tipo de desenvolvimento na Amazônia com a floresta em pé.

A principal fonte de recursos disponíveis para as atividades agroeconômicas na Amazônia é o desmatamento, como tem sido ao longo do último século, tanto para alimentar o comércio legal e ilegal de madeira, como para subsidiar a instalação de pasto via os nutrientes liberados pelo fogo.

É inevitável que qualquer análise sobre a região amazônica, em nossos dias, se defronte com a polarização entre “ambientalistas” e “produtivistas” e uma zona de aproximação entre esses dois campos parece estar ainda distante de se concretizar. As entrevistas realizadas seguiram também este rumo, em muitas das perguntas oferecidas aos profissionais que as responderam. Embora com gradações diversas, de visões mais radicalizadas àquelas que, mais moderadas, buscam encontrar pontos de convergência, parece ser este um dos maiores dilemas acerca do futuro próximo da região. O adensamento demográfico da Amazônia, com o passar dos anos (mesmo que ainda com indicadores muito reduzidos) e, portanto, a necessidade mais visível de produção de renda e emprego correspondentes ao restante do país, alçou esta problemática polaridade mais fortemente ao palco dos debates, somada a outros fatores de relativa obviedade, como o gigantismo da região, sua riqueza potencial e, mais recentemente, a urgência de se discutir o papel da maior cobertura vegetal do planeta e suas relações com o fenômeno das mudanças climáticas.

Mas as prováveis divergências não terminam nesta polaridade, pois o debate sobre a Amazônia também recolhe diversas perspectivas analíticas que ecoam nitidamente leituras algo românticas sobre um passado onde os processos econômicos não eram ainda tão determinantes na região. Desta forma, trechos dos depoimentos revelaram a permanência de leituras que supõem a possibilidade de manutenção de formas sociais de ocupação da terra e de comunidades que, provavelmente, estarão fadadas ao desaparecimento, ante o impacto das mudanças socioeconômicas recentes. Desta forma, esta seção também recolhe excertos selecionados das entrevistas que lembram percepções sobre a realidade regional que ou sobrevalorizam as potencialidades existentes na Amazônia ou, então, ecoam claramente análises sustentadas em modelos explicativos mais ideologizados. Além disto, esta parte do relatório também menciona trechos de entrevistas que, similarmente, apontam com ênfase o papel de grupos sociais tradicionais da região, apontando que esses últimos possam manter um papel social e econômico relevante nos anos vindouros.

3.1 Ambientalismo versus produção

A Amazônia Legal não deve ser vista como um santuário intocável e sim como um bioma diversificado com espaço para a conservação/preservação e para o desenvolvimento de atividades econômicas, bastando para isso que se faça um rigoroso zoneamento, em uma escala adequada.

Agora uma coisa é certa, a vocação da Amazônia, a vocação florestal, ela não pode ser negada, em detrimento do avanço na agropecuária. É um erro. Por outro lado, nós não conseguimos avançar nessa capacidade de demonstrar a validade da manutenção da floresta com retornos econômicos. Até agora o que a gente sabe, pra retornar economicamente é cortando, e agora, mais presentemente, discutindo esse mercado de carbono, de serviço ambiental, que ainda tá tudo muito na base do discurso, muito distante da gente ver de fato.

O debate que opõe a defesa ambiental da Amazônia, às vezes intransigente, contra a visão que defende o uso produtivo dos recursos existentes e, igualmente, a ampliação das atividades econômicas na região, acaba sendo centrado principalmente no papel da pecuária. É que a sua expansão é também associada ao desmatamento e, desta forma, a dupla pecuária-desmatamento forma, verdadeiramente ou não, um dos polos do debate. Como a pecuária é atividade que se ampliou notavelmente com o passar do tempo, as leituras recolhidas na série de entrevistas oferecem interpretações contrastantes, desde aqueles claramente a favor de sua expansão ao outro oposto, com muitos sendo fortemente críticos do papel social e até econômico da pecuarização, conforme se depreende dos trechos selecionados abaixo apresentados. Inicialmente, se comenta sobre aqueles que entendem ser a pecuária uma das formas de criação de riquezas na região.

(a) Pecuarização: alguns argumentos favoráveis

A tendência em médio prazo será a manutenção da pressão muito forte do agronegócio, não da terra pela terra, mas em cima da renda diferencial em função das distancias - ou seja, da disponibilidade de portos. O agronegócio está centrado no Mato Grosso, a tendência é o escoamento da produção se deslocar para estrada Santarém-Cuiabá, principalmente a soja, aproveitando esta saída pelo Rio Amazonas. Haverá também a migração da produção para mais próximo do bioma amazônico, ou mesmo para dentro dele. A pecuária deve acompanhar o mesmo sentido.

A agricultura e a pecuária ainda são as melhores oportunidades de negócio para a região, mas é preciso investir fortemente em ciência e tecnologia para aumentar a produtividade e reduzir os possíveis impactos ambientais. Os Principais riscos e gargalos são a falta de políticas públicas apropriadas à região, quanto aos aspectos fundiários, ambiental e de infraestrutura.

Deve ser um padrão que aproveite as potencialidades regionais, onde temos vantagens competitivas e até hoje, sem dúvida, a atividade pecuária é a que mais se destaca. Portanto, deveríamos investir em agroindústrias no setor de beneficiamento de carnes e subprodutos do boi (couro, farinha de sangue, osso, etc), bem como em laticínios, após investimentos adequados para melhorar nossa pecuária de leite. Outras atividades do agronegócio, que dependem de suplementação alimentar (ração, etc.), ainda não são competitivas na maior parte da região devido à necessidade de importar as rações prontas ou subprodutos agrícolas para fabricá-la aqui, aumentando o custo de produção. Estas atividades somente serão viabilizadas quando tivermos uma agricultura mais desenvolvida. O setor de comércio e serviços deve vir a reboque da produção agropecuária. Podem ser aproveitadas também algumas situações locais que favoreçam o desenvolvimento do setor turístico, mas no Acre temos poucas opções.

Não vejo a curto, médio nem em longo prazo uma atividade econômica que, nem de longe, se aproxime da viabilidade da atividade pecuária. Os ditos produtos da

biodiversidade ainda são, em sua grande maioria, utópicos. Entretanto, concordo que as instituições de pesquisa devem investir pesadamente na bio-prospecção de novos produtos.

Além da pecuária e da agricultura, acho que o reflorestamento será uma atividade importante e estratégica para o desenvolvimento da região.

Mas a expansão da pecuária, mesmo entre aqueles que se posicionaram favoráveis, não deixa de encontrar problemas e dificuldades. Além de diversas manifestações feitas de passagem sobre os conhecidos problemas relacionados à infraestrutura (como a precariedade da malha rodoviária na Amazônia), a deficiência da estrutura da cadeia produtiva da pecuária também começa a despontar como bastante problemática e de crescente penalização financeira para os agentes econômicos, especialmente quando o rebanho cresce e assume significação nacional. Outro problema, bastante atual, que foi citado por apenas um entrevistado, diz respeito às implicações do atual debate sobre o Código Florestal.

O grande gargalo hoje é a armazenagem, centrais de beneficiamento e armazenamento dessa produção.

Foi propagado que de uma hora para outra o produtor que aceitou um chamado, ele foi uma hora para outra jogado para marginalidade ou alheio, umas leis ou medidas provisórias que vieram contrapor o que no passado se incentivava, com isso de uma hora para outra ficou do outro lado da lei, e isso esta extremamente difícil de ser compreendido porque foi jogado nos ombros dele. Houve um incentivo e houve mais tarde uma natural ambição de prosperidade de seus familiares, mas hoje é extremamente importante saber qual o grau de reposição florestal podemos ter. Mas primeiro foi posta de uma forma um tanto quanto agressiva e como se fosse essa exigência de reposição florestal que até hoje não foi esclarecida.

E nós sabemos que vão fortunas em cima de disso, tanto assim que existe um grupo de estudo que tentou se aventurar em projetar custo financeiro e você falou nos quatro cantos do país que precisava recuperar, reflorestar, só que ninguém se preocupou em por valores nisso. Em Rondônia teve um grupo de estudo que se debruçou em cima dele e a conclusão foi que o investimento em cima do reflorestamento é mais caro do que o valor da terra. Agora ninguém até hoje veio nos dizer como fazer e quem deve pagar a conta e quem é que deve arcar com esse futuro e nem me dizer como que eu devo chegar ao caminho certo. Fica bastante difícil, principalmente para Rondônia, que nós sabemos que hoje a agropecuária tem altíssima expressão e tem uma parte muito grande de nossa riqueza.

Sabe-se que aqui em Rondônia se derrubou irregularmente nas últimas décadas de uma forma bastante acentuada. Eu enxergo isso como na verdade falta de um trabalho de consciência ambiental. Mas fizemos um terrorismo dela, porque, sempre que começaram os primeiros discursos ambientais se fez de uma forma ameaçadora demais e todo mundo correu derrubar porque no ano que vem não poderia mais.

(b) Pecuarização: alguns argumentos contrários à sua expansão

Os entrevistados, em proporção numérica bem mais significativa, foram incisivamente críticos quando perguntados sobre a expansão da pecuária na Amazônia. Os argumentos, contudo, conforme se verifica abaixo, são pouco específicos, sugerindo que a correlação entre expansão pecuária e aumento do desmatamento seria, de fato, a principal justificativa para a oposição à expansão pecuária. Diversos entrevistados também foram críticos dessas atividades em face do processo de ocupação de terras no passado, quando a abertura de novas áreas de pastagens esteve diretamente associada ao desmatamento e, também, à multiplicação de conflitos pela posse da terra. São fatos, ainda presentes atualmente (mesmo que em menor proporção) que estimulam uma postura crítica relativamente à adequação da pecuária como principal atividade econômica em diversas partes da região amazônica.

Saliente-se também que esta visão desfavorável sobre a pecuária é também devida à manutenção de sua característica extensiva e a baixa capacidade de geração de renda. Crescentemente, com o maior controle sobre queimadas e o desmatamento, essas são variáveis que vão perdendo seu impacto na visão negativa sobre a expansão pecuária. Desta forma, provavelmente estará se abrindo aqui um campo relevante de pesquisas para a Embrapa, o qual possa oferecer aos produtores novas formas de manejo de seus recursos que incluam sistemas integrados, os quais não apenas reduzam ao mínimo os impactos ambientais, mas também ampliem os postos de trabalho gerados.

Essas são manifestações que se tornam relevantes também por apresentarem um elemento de desinformação demonstrado por estatísticas públicas e disponíveis. Conforme o “Documento 1” deste Estudo sobre a Amazônia, o processo de ocupação de terras na região segue, ainda que em menor magnitude, a tendência “poupa-terra” que caracteriza a expansão pecuária no Brasil no período contemporâneo, onde o aumento da produção se deve, cada vez mais, aos ganhos de produtividade e, menos, ao crescimento das áreas ocupadas com pastagens que precisariam ser abertas, se aqueles ganhos de produtividade inexistissem. Ou seja, são excertos que indicam a necessidade de maior divulgação de resultados de pesquisas e acesso à informação geral.

O aumento do consumo de carne bovina no mundo contribuiu para que a pecuária assumisse um papel central na economia da Amazônia, com impactos ambientais e sociais negativos. A pecuária é apontada como um importante fator de desmatamento na Amazônia.

Primeiro em nível do setor agrícola eu vejo com bastante cautela, nós já temos uma agricultura que está chegando bastante desenvolvida na região, de produção de grãos, que não é o modelo que nos estamos querendo, mas é o modelo obviamente das elites.

Eu vejo esses dois assuntos, tanto a agropecuária na Amazônia, eu vejo ela com certa reticência porque a agropecuária na Amazônia, como aqui no Amapá, ela se desenvolve muito de forma extensiva, e não sem muita agregação de tecnologias que permitam um ganho maior. Então os grandes problemas, por exemplo, que nós enfrentamos hoje na Amazônia, ambientais, foram causados evidentemente por essa agricultura extensiva que usou os recursos ambientais existentes na época de forma desastrosa pra criar pastagens pra criar gado, nós temos que ter tecnologias capazes de fazer com que nós possamos nos desenvolver na Amazônia, mas com o mínimo possível de degradação ambiental, nós não podemos pensar na Amazônia devastada pra criar gado, pra fazer

plantio de soja, pra fazer esse tipo de coisa, eu acho que isso pode até ser feito, mas tem que ser feito com agregação de tecnologias.

Ela não pode ser como um modelo de monocultura ou pecuária, como esse que nos estamos vendo no Brasil Central e que infelizmente esta chegando aqui.

Pensava-se que a criação dos animais de forma extensiva, no caso da Amazônia, poderia resolver problemas, mais de geração de emprego, renda. Percebe-se que isso não é verdade.

Em um sentido macro existe uma grande discussão certamente sobre o caminho da agropecuária na Amazônia como um todo, aonde certamente aparece um dualismo entre as grandes economias, a grande agropecuária e a pequena agropecuária. Na relação de grande agropecuária fica mais claro verificar os conflitos que estão ocorrendo, porque de um lado se existe todo um cenário de avanços econômicos, é questionável se isso seria aberto também em avanço social, isso não está muito claro, o ponto de retorno social. Há grandes avanços na agricultura, ela mobiliza verdadeiramente a economia, mas esse retorno social, esse balanço social tenho dúvidas se está realmente sendo compensado.

Acho que a grande agropecuária ela se pensa por si mesmo. O governo tem obrigação é de regular. Mas a grande agropecuária ela não consegue ser socialmente tão vantajosa quanto deveria ser; ela acaba sendo muito mais centralizadora de capital, e aí a gente fica com uma dívida maior que é a da pequena agropecuária, que ocupa um contingente fantástico da população rural.

O modelo da expansão agropecuária na região Amazônica é o modelo, obviamente, da expansão da pecuária paulista. Feita através de grandes áreas, do sistema extensivo e com grandes resultados negativos principalmente em relação a questão ambiental. E esse modelo paulista sempre considerou a floresta como um empecilho ao desenvolvimento.

Em contraste à pequena produção do interior longe dos eixos dos grandes projetos do PAC, agroempresas instaladas ao longo dos eixos ou nas fronteiras de expansão agropecuária conseguem produzir commodities com demanda nos mercados nacional e internacional. Embora as empresas não contratam muita mão de obra, contribuem para elevar os IDH de seus municípios, sem, no entanto, reduzir as desigualdades socioeconômicas de forma significativa. Aí vem a grande pergunta: estas agroempresas são modelos para o desenvolvimento da Amazônia? A resposta precisa ser Não e Sim, nesta ordem. Não são modelos para a maioria da Amazônia porque exigem desmatamento, altos investimentos, não empregam muita mão de obra etc. Sim são modelos para áreas já desmatadas, embora provavelmente precisarão de subsídios para pagar os altos custos de recuperação das áreas degradadas. O governo federal atualmente está sinalizando que estes subsídios existem, e as agroempresas precisarão de apoio da Embrapa e suas parceiras para viabilizar a recuperação sem expandir a corrupção baseada em desvio de subsídios, que é tradição da região e sua classe política.

(c) Se ocorrer a expansão da pecuária, onde deveria situar-se geograficamente na Amazônia?

Ocorrendo, como parece ser inevitável, a expansão pecuária na Amazônia, em quais partes interiores da Amazônia deveria ocorrer? Avançará sobre a chamada “floresta densa”

ou será bloqueada de adentrar esta parte da região? Também sob este foco existe intensa disputa de interpretações, em face do tamanho ocupado por reservas indígenas, unidades de conservação e os limites impostos pelo Código Florestal. Ainda assim, a maior parte dos entrevistados (além dos citados abaixo, diversos outros) sugere que apenas as áreas já desmatadas deveriam ser receber os esforços de expansão pecuária da Amazônia.

Não é mais possível admitir a conversão da floresta amazônica para outros usos não florestais.

O necessário uso agroflorestal para a produção de alimentos deve se restringir às áreas já desmatadas.

Áreas isoladas reservadas (...). Acreditamos que as áreas destinadas a essas reservas já são suficientes para cumprir seu papel. Acreditamos também que as políticas de comando e controle já atingiram um patamar em sua capacidade de proteção das florestas. Assim, o contexto aqui trabalhado não será o da preservação nem da proteção integral, mas sim o da conservação, considerando o ser humano e suas interações com a floresta (...) e a valorização da floresta em pé como caminho a ser trilhado.

Ressalte-se, no entanto, que será também preciso um esforço mais acentuado de produção de conhecimento sobre as realidades rurais e agrárias da região Amazônica, para iluminar uma série de percepções que, segundo indicam as evidências, são mais impressões do que propriamente dados da realidade, alimentando mitos e idéias de difícil correspondência com a realidade. A suposta dualidade entre o agronegócio e a agricultura familiar, oposição que atualmente permeia discursos em todo o Brasil, também encontrou eco nas entrevistas, conforme o trecho reproduzido abaixo, meramente como ilustração.

De um lado temos o agronegócio, do outro a produção familiar. A produção familiar esta mais fácil, a própria característica dela, a própria lógica dela permite construir uma agricultura de sustentação da unidade familiar de baixo impacto - apesar de o agronegócio colocar uma culpa muito grande no desmatamento dos assentamentos, mas não dá para comparar, as áreas são muito pequenas quando comparadas com o desmatamento dos grandes projeto. Neste sentido, para a agricultura familiar é mais fácil, e a Embrapa tem o papel de gerar uma tecnologia de caráter agroecológico, mantendo um grande número de pessoas ocupadas e também o fornecimento de alguma matéria-prima e produtos alimentícios para os centros urbanos. Embora seja possível sobreviver na Amazônia sem produzir alimentos, importar, mas isto significaria "deseconomia" - não se pode garantir uma região sem economia.

3.2 Sobre os "povos tradicionais" da região amazônica e outras categorias sócio-políticas objeto de políticas públicas

Um elemento analítico complicador para delinear uma visão estratégica sobre a região amazônica também foi evidenciado nas entrevistas. Como se trata de região imensa, no geral foi entendida no passado (uma visão parcialmente errônea, saliente-se) como sendo um "vazio demográfico", em face de seus índices de ocupação populacional serem reduzidos, quando comparados com a média nacional. Na realidade, mesmo em décadas anteriores diversas de suas áreas internas eram ocupadas com pequenas comunidades de "povos tradicionais", comunidades indígenas, quilombolas e outros argumentos sociais que,

em tempos passados, ocuparam aquelas áreas. Assim, quando a “questão amazônica” assume o interesse nacional, o lugar desses agrupamentos sociais precisa ser discutido e seu papel em um processo de desenvolvimento social ser devidamente aferido.

As entrevistas mencionaram este tema, usualmente reforçando a necessidade de melhor avaliação sobre as características sociais e culturais daqueles grupos citados. Por vezes, são manifestações que sugerem um olhar algo sonhador e, outras vezes, incorrem em imprecisões conceituais, especialmente quando se referindo sobre um grupo vagamente intitulado de “agricultura familiar”, expressão institucionalizada no Brasil em anos mais recentes e que abriga, sob tal designação, uma enorme diversidade de famílias e grupos sociais rurais. Ainda assim, os trechos selecionados e reproduzidos abaixo alertam, corretamente, para a urgência de se conhecer com maior precisão tais grupos e sua magnitude e localização, para se discutir em sua inteireza processos de mudança na região.

Os nossos pequenos produtores não estão prontos pra dar esse salto de avanço. Simplesmente ter um avanço produtivo da mecânica da produção, porque isso faz parte de uma relação cultural. É necessário pensar, aliar, talvez, a agropecuária também a uma condição de desenvolvimento integral, certamente, alcançando outras linhas, decisões políticas, mas aonde a preparação desse homem esteja sendo cuidado com prioridade. Porque senão você entrega a tecnologia nas mãos deles e eles não sabem fazer nada, no momento em que cessa a assistência, o protecionismo, eles não conseguem dar esse salto.

As atividades agrícolas e pecuárias praticadas por pequenos e médios produtores ainda são predominantemente de baixo nível tecnológico (...). Semelhantes àquelas utilizados por populações indígenas nos últimos dez mil anos [sic].

A agricultura de derruba e queima ainda são predominantemente praticadas (...). Os desafios: mudar o processo de derruba e queima; ampliar a capacidade de geração de excedentes, e desenvolver atividades mais sustentáveis.

Os assentamentos que são tomados como modelo de inclusão social e de oportunidade produtiva estão arrebatados em termos de escoamento, de capacidade de escoar.

Assentamentos rurais: 38% estão na Amazônia Legal (sob diferentes categorias), 77% da área total dos assentamentos (66,145 milhões de hectares), 59% do total de assentados. Média de lotes é de 118,4 hectares (mas apenas 20% podem ser explorados).

Gargalos: falta de critério técnico na localização dos assentamentos, grandes distâncias; falta de apoio para armazenamento, estradas precárias, escassa assistência técnica

As terras indígenas ocupam 46,1% do total do estado (possui a maior população indígena do país, totalizando 44.031 pessoas).

[Existem] diversos sistemas de produção familiares na Amazônia Legal: extrativismo de babaçu, extrativismo de castanha-do-Brasil; extrativistas de borracha; extrativismo de açaizais; povos de várzea e ribeirinhos.

Consideramos importante estabelecer uma plataforma científica e técnica que contribua para o aumento da produção e renda da agricultura familiar.

Os resultados esperados seriam: autossuficiência no atendimento das necessidades alimentares e na autonomia da agricultura familiar [além do] registro dos etnoconhecimentos.

Na nossa visão as prioridades para a atuação da EMBRAPA na região deveriam enfatizar estudos sobre as dinâmicas produtivas e sócio-culturais das agriculturas familiares na Amazônia Legal.

A EMBRAPA deve buscar como atitude de inovação para uma atuação mais efetiva na região este comportamento de valorização da agricultura familiar em todos os seus modos e formas de expressão produtiva, sociocultural, econômica e ambiental.

3.3 A região amazônica e suas potencialidades: o viés da exagerada valorização dos “recursos locais”

Submetida a pressões crescentes de interesses, principalmente econômicos, oriundos de outros estados da Federação, estudiosos da região amazônica, algumas vezes, tendem a exagerar no tocante à valorização de determinadas características, as quais, supostamente, seriam “típicas” e exclusivas do domínio amazônico.

A aquicultura é uma coisa que poderia ser olhada pra Amazônia com muito carinho. Por quê? Isto sim nós poderíamos nos tornar uma referência mundial na produção, porque além dos nossos grandes estoques naturais, das nossas grandes variedades, nós temos um potencial extraordinário de recursos hídricos, nós temos um regime hídrico aqui fantástico, que poderia exatamente fazer com que através da aquicultura a gente pudesse alimentar, eu diria, o mundo, de proteína animal. Agora isto tem que ser uma coisa pensada, planejada, trabalhada, porque nada pode acontecer apenas porque a gente acha que tem, isto tem que haver envolvimento, tem que haver vontade política, e esta vontade política ela tem que vir da base do país, tem que vir lá de cima, do Ministério da Pesca, de incrementar isto, de apoiar, não é só de dizer “Façam!”, e você dá apoio moral.

O padrão de desenvolvimento, na verdade, é muito influenciado pela questão mais macro, de país, nós temos que nos voltar mesmo pra nossa realidade local.

Uma valorização maior, manter essa população no campo, com seus pequenos excedentes comercializáveis, que tem um valor fantástico.

Obviamente aqueles produtos que advêm do extrativismo e tem uma experiência nossa, vou citar dois aqui, a castanha e o açaí. A castanha pela estrutura histórica que ela já representou no Amapá e Pará, e o Açaí por ser um potencial futuro em função ate mesmo de todas as questões que estão sendo feitas com esse produto aqui.

Eu diria que hoje, potencializar o que nós já estamos fazendo com o tambaqui, através da pesquisa, melhoria genética e cultivo dessa espécie. E, na minha avaliação hoje mais do que nunca, e talvez falando especificamente em relação a Embrapa, potencializar a pesquisa com o pirarucu que é um recurso extremamente rentável, de fácil comercialização no mercado local e também um produto hoje que todo mundo tem demandado em função de suas características e por apresentar um apelo regional, que é o apelo que pode ser gerado um selo de qualidade que é o selo da Amazônia.

Onde a floresta praticamente não tinha um significado econômico, pelo menos para quem estava chegando, para aquele modelo que estava chegando. Já o valor da floresta é muito forte para as populações locais, já que o modelo econômico dominante anterior, que vai da segunda metade do século XIX até 1912, que é o modelo extrativista da borracha, ele valorizou a floresta em pé e criou uma população local, ou seja, com toda uma habilidade capaz de manusear os valores agregados a floresta.

Agora o balanço ambiental tem que ser discutido, o custo ambiental. O que nós tínhamos na década de 1970, 1980, foi uma abertura muito grande de expansão das fronteiras agrícolas na Amazônia, aonde estados como Rondônia, Roraima, Mato Grosso, avançaram aí à vontade, hoje é muito questionável esse desenvolvimento, porque no fundo essas regiões continuam sendo regiões amazônicas e com um povo amazônico. E esse modelo não é do povo amazônico, é um modelo um pouco exógeno, quer dizer, é a entrada de grandes capitais do sul, que vem pra cá, se estabelece e, nada contra, mas na verdade isso não anima o outro modelo, que é o modelo da população autóctone,

3.4 Visões talvez ideologizadas? O persistente uso de jargões genéricos e formulações não conceituais

Temos a oportunidade de fazer uma transição para uma economia de baixo carbono, buscar a liderança mundial em bioenergia, química verde, alimentos sustentáveis e outras áreas que são nossa vocação.

Por fim, ainda nesta parte deste relatório técnico, talvez seja relevante indicar alguns (poucos) excertos retirados das transcrições das entrevistas que são mais claramente orientados por subjetivismos e respondem mais aos anseios individuais e valores e visões de mundo. É o que, genericamente, se poderia intitular de “viés ideológico” do(a) entrevistado(a), quando expressa mais uma vontade do que propriamente uma leitura objetiva da realidade. Ainda que a “problemática amazônica” desperte apaixonadas interpretações e disputas candentes sobre o seu estado atual e perspectivas futuras, manifestações deste teor não ocorreram em proporção significativa. Alguns trechos, no entanto, são reproduzidos abaixo, meramente como ilustração de uma forma de interpretação que está presente neste debate e precisa ser “decodificada” apropriadamente, para evitar desencontros analíticos.

Não vejo a Amazônia como celeiro de produção agrícola, como alguns pensam em trazer a soja para cá em função da possibilidade de portos ou a pecuária na forma como vem sendo utilizada, ou seja, a Amazônia se desenvolvendo pelo agronegócio tradicional. Na verdade existem áreas que já foram antropizadas que se pode aproveitar e até utilizar alguns modelos que não sejam tão recomendáveis do ponto de vista agroecológicos.

Por ser uma colônia do Sudeste (...) os investimentos são dirigidos principalmente à infra-estrutura para apoiar o escoamento de recursos naturais e produção agrícola e florestal para o Sudeste ou diretamente para o exterior, deixando apenas frações ínfimas para a população local. Os exemplos mais gritantes são os grandes projetos de mineração e os hidroelétricos instalados na época militar e ainda hoje gozando dos mesmos subsídios.

Esta infraestrutura serve apenas para apoiar o escoamento de recursos naturais, o desmatamento e a degradação ambiental em geral.

O resultado é uma vida de ralação [sic] sustentável no interior, onde o agricultor e sua família trabalham duros para acumular lentamente um pouco de capital para gastar principalmente em produtos de consumo, como televisões e rádios,

As tendências no curto prazo são para continuar com a mão invisível do mercado, acompanhado pela expansão de subsídios para a recuperação de áreas degradadas e para a agricultura familiar, pois os dois candidatos ao governo não demonstram que entendem das ameaças das mudanças climáticas e das necessidades de um tipo de desenvolvimento diferenciado na Amazônia. Isto quer dizer que as tendências do passado recente continuarão no futuro próximo.

4. Comentários finais: outros focos sugeridos nas entrevistas realizadas

4.1 E os determinantes econômicos?

A principal falha de mercado é o fato de que a conservação da floresta – que produz benefícios coletivos, como a regulação climática e a proteção da biodiversidade – não é remunerada. Além disso, a exigência dos consumidores por produtos de origem sustentável ainda é incipiente, porém já apresenta sinais de maior controle.

Nós aqui no Amapá, o quê que sempre se questiona? Não se produz nada, não se cria nada, nada de criação, tudo é importado, o frango é importado, o custo de produção não permitiria a implantação e tudo o mais.

Surpreendentemente, pois é visão que se choca com a expansão econômica de diversas atividades e setores produtivos na região amazônica nos anos recentes, os entrevistados raramente se dedicaram a comentar mais longamente sobre as características econômicas da região ou as tendências verificadas no campo econômico. Desta forma, foram poucas as manifestações sob as quais os entrevistados discorreram sobre a economia agropecuária, suas características e perspectivas. Como se trata de região que vem se integrando rapidamente aos circuitos monetários do restante do Brasil, esta omissão causa certa surpresa. Alguns salientaram as insuficiências sobre os pagamentos de serviços ambientais ou o debate sobre os “mercados de carbono”. Outros introduziram rapidamente o tema, mas para salientar a limitada produção e acumulação de capital na região. Outros citaram, rapidamente, alguns aspectos que tipificam a economia regional (mas apenas brevemente) e algumas de suas potencialidades. E, ao final, alguns entrevistados sugeriram lacunas na ação da Embrapa na região, no tocante às dimensões econômico-financeiras das atividades produtivas agropecuárias. Mas a insuficiência dos comentários e a reduzida expressão das percepções sobre a economia regional talvez estejam indicando ser esta uma área de atuação na qual a Embrapa precisaria se reorganizar, para atender aos reclamos de produção de informação fidedigna e ampla sobre a economia da Amazônia.

O uso e conservação dos recursos florestais tem que se tornarem economicamente competitivos com as atividades predatórias para que não seja

interessante desmatá-la, e para que quem convive com a floresta possa ser recompensado por ajudar a mantê-la de pé.

Se você avança, por exemplo, nós aqui criamos uma floresta de produção de 2,3 milhões de hectares, pra quê? Para que a gente pudesse, é um sonho nosso, acho que de todos os amapaenses, é que um dia a gente pudesse ter essa floresta funcionando na sua plenitude, com madeira certificada, e aí sim a gente poderia bater muito forte mesmo na clandestinidade da produção de madeira clandestina. Agora pra isso é preciso muito dinheiro pra você fazer tudo que tem que ser feito, os inventários socioeconômicos, ambientais, de fauna, de flora, inventário florestal, os planos de manejo, de uso dessas unidades, e aí você não conta com o apoio financeiro do governo federal, e aí fica difícil você fazer, então eu acho

Eu vejo que as oportunidades de Rondônia, aqui é pensar em verticalizar a produção, agroindustrializar essa nossa produção, isso no caso de leite e do gado de corte já está avançando nessa verticalização, você já tem um grande número de laticínios e grande número de frigoríficos.

Eu acho que deveríamos também privilegiar a questão municipal. Veja que quando se planeja, se planeja muito a questão macro e questão de estado, não há o envolvimento realmente dos municípios.

A EMBRAPA necessita interagir mais com as políticas públicas dos Estados e Municípios, deve permitir o acesso dos produtores e focar seu trabalho para a demanda dos produtores rurais.

E a Embrapa tem que também que fazer um trabalho na área de socioeconômica, a relação custo benefício destas coisas, nós carecemos de informações de mercado de previsões de prognósticos de mercado, qual é a expectativa, por exemplo, do café para os próximos dez anos, cinco anos com base na produção mundial desta coisa, o cacau, guaraná, o próprio urucum nós temos dificuldade disso.

A Embrapa pode, além de pesquisar já aquilo que é tradicional, buscar também diversificar visando ampliar a pesquisa na cadeia toda. Por exemplo, para o caso de pescado, aproveitamento de subprodutos de pescado, com novas formas de apresentação e testar de uma maneira ainda modelo que sirva pra se aplicar futuramente em alta escala.

Outro tópico estratégico tem a ver com o pagamento de serviços ambientais, pois dificilmente toda a Amazônia poderá ser transformada em projetos de manejo florestal ou plantio agrosilvicultural. Como medir o volume de cada tipo de serviço ambiental fornecido por cada ecossistema e, especialmente, cada agrosilvo-ecossistema e garantir seu fornecimento ao longo do próximo século será de suma importância para continuar a captar pagamentos.

O que acontece hoje é que você chega em uma propriedade e o agricultor só pensa em basicamente em duas coisas, café e pecuária de leite, aí abre um pouco para piscicultura, mas aí qual o problema? Para onde vou vender tanto peixe porque também tenho que processar o peixe para exportar. Então este estudo seria interessante que a Embrapa pudesse nos assessorar ou coordenar o estudo nesta área para agente definir estratégias de desenvolvimento para agricultura familiar, não pacotes, mas estratégias onde eu pudesse definir aqui com base nessa região as possibilidades são essas.

4.2 A agenda de pesquisas da Embrapa para a região amazônica: aportes adicionais

Essa visão polarizada da agropecuária versus floresta é necessária para mostrar uma necessária divisão geográfica no planejamento da Embrapa na região. Para a primeira, o “arco do desmatamento” e a economia florestal no segundo caso.

Eu acho que a Embrapa tem sido um ponto de referência para a evolução desses locais. Se você olhar, por exemplo, os três que ficam nos cerrados, você vê o avanço que o agronegócio teve nessas três regiões aí. Se você olhar a Amazônia, se não teve aquele “boom” no agronegócio, por outro lado você teve ganhos muito importantes em outras áreas, até mesmo no agronegócio também ela se desenvolveu, não evidentemente com a pujança com que se desenvolveu nesses outros estados, mas a Amazônia, até pelas próprias condições ambientais, pelas condições em que a Amazônia, como ela é vista, inclusive, no mundo, mas nós tivemos muitos avanços. Eu, por exemplo, fico muito feliz quando eu vejo a maioria das Embrapas terem já se voltado para a biodiversidade, coisa que você não via antigamente. A Embrapa era um negócio que criava novos grãos de milho, de feijão, de arroz, disso e daquilo, e pouco se preocupava com a biodiversidade. Hoje as Embrapas da Amazônia estão muito já se planejando pra aquilo que é a realidade da Amazônia, qual é o potencial amazônico, por exemplo, como a questão da pesca, que a Embrapa pouco se metia nisso, é a questão florestal, manejo florestal, não era o forte da Embrapa fazer isso.

Ainda nesta seção final deste documento, adicionam-se comentários adicionais sobre o papel e a ação da Embrapa na região amazônica, assim somando-se àqueles que foram sugeridos na segunda seção. Nesta parte os comentários oferecidos foram separados em três subitens, o primeiro deles enfocando o que poderia ser um esboço de uma provável agenda de pesquisas para a região. O segundo item se refere a algumas sugestões de “formas de ação” que podem ser tentativamente enquadradas sob uma “metodologia de ação” da Embrapa na região. E o terceiro subitem sugerem, sucintamente, alguns problemas e entraves que a empresa poderá encontrar em sua atuação regional.

(a) Temas de pesquisa: sugestões para uma agenda

Abaixo, citam-se alguns poucos trechos das entrevistas que avançaram com sugestões mais específicas sobre uma futura agenda de pesquisas para a Embrapa na Amazônia. Sem discutir cada um dos excertos abaixo, destaca-se, talvez, o último deles e que fecha esta parte. Naquele trecho da entrevista, o autor destaca a urgência de uma ação mais desenvolvida da Embrapa no campo da “silvicultura e agrosilvicultura” e, demonstrando discernimento e visão de longo prazo, alerta e insiste que “a razão de sua importância é estratégica, pois trabalhar com árvores é sempre demorado. Uma tarefa especialmente importante é a identificação de espécies que resistirão a temperaturas mais elevadas e a estiagens mais prolongadas.”

Finalmente, as prioridades para futuras pesquisas: (a) planejamento florestal e exploração florestal (manejo de precisão); (b) dinâmica e ecologia das florestas.

Outras pesquisas: (a) serviços ambientais e indicadores de sustentabilidade; ecologia florestal; secagem e processamento de madeira; mercados; política e legislação florestal.

Uma das áreas de estudo de maior destaque, na atualidade, que visa o incremento dos processos produtivos no campo, está relacionada à nanotecnologia.

Existe a perspectiva da agricultura familiar se fortalecer em função da política nacional que existe para apoio a produção familiar. Porém, a questão fundamental é a mudança tecnológica de uma agricultura familiar com menor impacto, reduzir ainda mais o impacto dela do ponto de vista de uso dos recursos florestais.

Uma atenção para a difusão e transferência de tecnologia deve ser dada aos agentes de extensão rural. A maioria destes extensionistas não se recicla com o conhecimento da pesquisa local, e mantém o padrão trazido da universidade, do ensino. A ciência ministrada nas aulas é baseada em pacotes e manuais. A outra ciência é a que está em processo, que está acontecendo (sendo realizada), como na Embrapa. Para estar na fronteira é necessário acompanhar o que está acontecendo pela pesquisa, e não se contentar com pacotes que você aprende na universidade. É necessário que a difusão (transferência) de tecnologias seja capaz de articular com estes agentes de extensão. Desta forma é necessário um modelo de difusão e transferência de tecnologia do tamanho do que está acontecendo na pesquisa.

A Embrapa já possui uma atuação internacional. Porém, pela dimensão que a Embrapa possui, deve-se buscar maior cooperação com instituições dos países do pacto amazônico. Tem continuar fortalecendo a cooperação já existente com os entes nacionais.

[A aquicultura] na nossa região, a tecnologia ainda que é aplicada para a produção, ela ainda está bastante insuficiente pra atender, em termos de produtividade, e o atendimento técnico das atividades de aquicultura poderia melhorar bastante, temos ainda deficiências, principalmente de pessoal técnico pra atendimento, tanto na pesquisa, quanto na aplicação da assistência técnica.

Então eu acho que é estratégico nós criarmos uma linha da pesquisa de produtos que eu diria que de várzea, da floresta de várzea, e em primeiro ponto o açaí. O açaí é uma linha de pesquisa estratégica a nível regional e a nível local do Amapá. O Amapá tem que se especializar naquilo que ele faz de melhor, nós não podemos nos especializar naquilo que nós não sabemos fazer. Nós já temos uma rede, por exemplo, de mercado varejista do açaí, nós temos algumas estratégias de exportação, os bancos oficiais estão criando linhas de crédito para ampliar a produção do açaí, estão acreditando que o açaí seja um produto estratégico para o desenvolvimento local. A outra seria a pesca. Nós temos que chegar na frente, obviamente, da melhoria desse produto que seria o pirarucu. Então uma linha específica na área da aquicultura de pesquisa para a reprodução de pirarucu, e outra linha específica de pesquisa para a produção de ração que seria a ração regionalizada.

Todo que tem a ver com silvicultura e agrosilvicultura, mesmo que as políticas públicas talvez não mudam nesse prazo. A razão de sua importância é estratégica, pois trabalhar com árvores é sempre demorado. Uma tarefa especialmente importante é a identificação de espécies que resistirão a temperaturas mais elevadas e a estiagens mais prolongadas, ambas esperadas a

ser maiores até meados do século. Este tipo de identificação é importante em geral, tanto para árvores, como para palmeiras, como para cultivos anuais.

(b) Sugestões metodológicas e/ou formas de ação

Poucos entrevistados refletiram sobre a “forma de fazer” pesquisa na região, provavelmente a maior parte não entendendo que deveria, no tocante à metodologia da pesquisa, existir alguma novidade específica, por ser a região amazônica. Entretanto, alguns depoimentos colhidos salientaram a necessidade, pelo contrário, de entender as especificidades regionais, sobretudo as culturais, e incorporá-las às práticas de pesquisa. Um entrevistado, em particular, conforme o último trecho desta parte, insistiu que essas particularidades exigem também maior flexibilidade nos prazos de execução dos projetos de pesquisa.

A Embrapa precisa mudar, articulando saberes de ponta e saberes tradicionais (...). É preciso ampliar nossa capacidade de compartilhar valores, conhecimentos e experiências.

Eu acho que os governos tinham que buscar mais a Embrapa, os governos estaduais tinham que ter a Embrapa como um parceiro. Tinham. Eu não admito um órgão com a competência que a Embrapa tem, não ser ouvida dentro de um processo de desenvolvimento, por exemplo, do setor primário.

Estreitar mais as relações com a extensão rural.

Seria importante também a Embrapa uma aproximação maior com as nossas universidades.

Como a maior instituição de P&D&I do país, a Embrapa precisa trabalhar com o CNPq, a Finep e as FAPs para encontrar um novo modelo de financiamento de mais longo prazo, pois editais que financiam projetos de 2 a 4 anos de duração são ineficientes no desenvolvimento de produtos e processos em regiões subdesenvolvidas, como a Amazônia, e com componentes da biodiversidade que não possuem cadeias de produção atualmente. A Embrapa foi parceiro ativo do Programa de Cultivos Pioneiros na década de 1980 e desde sua extinção no governo Collor a Embrapa não tem criado competência específica para desenvolver novos cultivos a partir da biodiversidade nacional. Em lugar disto, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do MMA, tem liderado este esforço, evidentemente sem muito sucesso por não ser uma instituição de P&D&I. É uma grande falha da Embrapa não ter assumido esta tarefa como prioridade institucional.

(c) Entraves, problemas ou dificuldades para a ação da Embrapa na região amazônica

Finalmente, nesta segunda seção sobre a Embrapa e a região amazônica, resalte-se que algumas (escassas) manifestações alertaram para dificuldades que a empresa vem enfrentando atualmente – ou poderá se defrontar futuramente.

As dificuldades de recursos humanos e financeiros da EMBRAPA (...) têm contribuído para o baixo desempenho da instituição na região. Não há integração com as políticas de desenvolvimento regional e os trabalhos são dispersas.

Em sua maioria os centros da EMBRAPA na Amazônia se encontram dispersos e desvinculados das estratégias de desenvolvimento regional. Com os agricultores principalmente, mas também com institutos de pesquisas similares de outros países amazônicos e essencialmente com o serviço de ATER.

Ultimamente tem havido por parte da EMBRAPA a opção por contratar profissionais de tecnologia de ponta (Biotecnologia) enquanto nossas demandas envolvem tecnologias básicas.

Não é só chegar a pesquisa, ela precisa de uma infraestrutura para ser aplicada. Tem que ter o crédito, tem que ter assistência técnica e outro lado a pesquisa que leva em conta não só a questão ambiental, mas a questão econômica,

4.3 Temas controversos

Alertamos para os riscos que essa visão tecnicista orientada unicamente às perspectivas do mercado pode trazer, quando se trata da Amazônia (...) que não considerarem as especificidades da cultural local, estão fadadas ao insucesso.

Ainda nesta seção final optou-se pela seleção de alguns trechos das entrevistas que adiantaram opiniões entendidas como “controvertidas” ou, com maior precisão, mais controversas do que outras que foram apresentadas nas páginas anteriores. Sobre um objeto de análise tão complexo e sujeito a inúmeras polêmicas (a Amazônia), não deve causar estranheza que possam ser oferecidas opiniões que parecem ser mais polêmicas do que seria o padrão esperado. As frases abaixo não evidenciam, necessariamente, uma visibilidade ostensivamente controversa, mas algumas delas propõem caminhos extremamente vagos de ação, da pesquisa ou da ação governamental, que são excessivamente genéricos, quando não apenas retóricos. Por essas razões, foram extraídas das transcrições, apenas como ilustração da presença também no debate sobre a situação atual e as perspectivas da Amazônia de manifestações que, sendo meramente retóricas, mais confundem do que contribuem para avançar o debate.

O modelo de desenvolvimento geral do Brasil esteve vinculado ao modelo de estruturação de um centro nacional. Ou seja, essa estrutura de desenvolvimento ela vem numa fase de expansão, daquilo que nos podemos chamar de expansão da indústria no Brasil, do centro, ou seja, da região sudeste para a sua periferia e a Amazônia ela aparece nesse processo de expansão da economia brasileira como sendo a periferia de expansão desses processos de desenvolvimento industrial. Obviamente que a dimensão técnica e econômica ela se dá através justamente da saída de tecnologias que foram desenvolvidas no centro pulsante da economia nacional para a região periférica então que é a Amazônia de onde é visto com grande impacto social em função da adaptação dessas tecnologias que não são tecnologias propriamente desenvolvidas a nível local.

[O entrevistado sugeriu as vantagens do] do manejo florestal: (a) redução das taxas de desmatamento; (b) geração de empregos; (c) diminuição das migrações;

(d) diversificação e elevação da renda; (e) alcance de mercados exigentes; (f) manutenção dos serviços ecossistêmicos da floresta: equilíbrio climático e hídrico, conservação da biodiversidade, proteção do solo; (g) legitimação da indústria de base florestal.

Deverão ser priorizados os projetos com os produtos regionais.

Parte da região tem sido destinada à constituição de UC de uso sustentável para comunidades extrativistas, onde o grande desafio é a inovação tecnológica que respeite as suas características culturais e do ambiente em que vivem.

A agricultura familiar vai depender das políticas do governo. O atual governo deu apoio financeiro, incentivou e criou alguns programas. Não deve ser adotado um modelo tradicional de expansão - com o aumento de áreas cultivadas - para agricultura familiar. E sim a tecnologia para modelos agroecológicos, com melhor utilização dos recursos.

E a agropecuária na Amazônia ela não pode ser considerada, na relação de pequeno produtor, eu acho que a maior obrigação pública é com o pequeno, é implantar linha de investimento, de resposta, pra que eles possam estar transformando suas pequenas produções.

[O entrevistado sugere que] na Amazônia conservada as demandas locais sejam atendidas através do desenvolvimento da agroecologia e da agricultura familiar, ou seja, adoção de práticas de manejo, melhorando a capacidade produtiva dos sistemas sem comprometer suas condições de regeneração e a estabilidade ecológica (...) o uso e conservação da floresta Amazônica deve acontecer por meio do fomento do manejo florestal.

Se o Brasil quiser construir um novo projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, para a indústria, para a agricultura e para os próprios padrões culturais da sociedade, em todos os casos, a inovação deverá ser o eixo central da transformação. Entendemos o desenvolvimento sustentável como um novo padrão de desenvolvimento baseado na ciência, na tecnologia e na inovação.

O Acre optou por uma situação que... De deixar população na floresta, de tirar outros subprodutos da floresta que não só a madeira. Mas se você for ver a produção acho que compram daqui arroz, leite, coisas básicas. Se for ver economia, desenvolvimento humano, agrícola, pecuário e florestal não tem nem comparação com Rondônia. Rondônia tem vida própria. Se o Governo Federal deixar de passar dinheiro, a gente vive. O Acre não. Se o Governo Federal cortar verba acaba o Acre. Do que eles vivem? De projetinhos tentando financiar pra desenvolver algumas atividades. Mas vejo nessa questão agrícola aqui do Estado é bem diferente, está bem consolidado.

4.4 Mudanças climáticas

Concluindo este documento, há um tema que se mostrou, ainda mais surpreendentemente, ausente de praticamente todas as entrevistas realizadas. Em face da centralidade da Amazônia em um tema que se tornou universalmente debatido no período recente – mudanças climáticas – causa alguma perplexidade que praticamente nenhum dos depoentes tenha trazido tal tema para o centro de sua exposição e reflexões sobre os assuntos submetidos pelos autores. Na realidade, os trechos abaixo selecionados foram extraídos de apenas duas transcrições e, concretamente, apenas um entrevistado se

dedicou mais longamente ao assunto, oferecendo elementos relevantes e de maior densidade analítica. Esta é, portanto, omissão reveladora da necessidade de realizar maiores esforços pela Embrapa, no sentido de oportunizar maiores iniciativas de discussão, disseminação de informações e, sobretudo, de incentivo a programas de pesquisa que tenham as mudanças climáticas e seus impactos na Amazônia como um de seus principais esforços na região amazônica.

Falta mais ousadia no campo das mudanças climáticas.

O principal desafio para a Embrapa na Amazônia (e no resto do país) é internalizar as mudanças climáticas em todo o que pretende. A idéia de adotar as florestas como foco de políticas públicas e de prioridade institucional requer a criação de alianças institucionais com todas as instituições nacionais e internacionais que trabalham na área.

Para os que discutem os mercados de carbono, é fundamental buscar renda neste mercado, ou seja, considerar a renda que pode ser aferida pela posse de florestas. Sobre o ponto de vista da população que vive na Amazônia, isto seria um fracasso. Manter a floresta para aferir renda de carbono não gera economia, tem somente um aluguel uma renda, mas não tem ocupações (empregos) para uma população que cresce.

Os recursos do mercado de carbono devem ter mecanismos que permita utilizá-los em economia (criação de empregos) para aqueles que não tenham renda. Tem que criar uma estrutura de produção que tenha ocupações, que tenha emprego. Tem que atender uma demanda de emprego para o incremento da população.

O projeto "Indicadores de produção agroeficiente na Amazônia" irá subsidiar políticas públicas para o acesso ao mercado de carbono e de serviços ambientais (transição a novos sistemas agrícolas).

Considerando que as mudanças climáticas são parte de qualquer análise do futuro padrão de desenvolvimento na Amazônia, a manutenção da floresta em pé precisa ser internalizada na discussão. Seguindo projeções do INPE, é essencial manter pelo menos 70% da floresta em pé para evitar a expansão de savanas na região e assim acelerar as mudanças climáticas regionais e mundiais. O que é mais complicado é evitar a fragmentação desses 70%, pois a fragmentação eleva a ameaça de fogo dentro da floresta, que, por sua vez, aumenta a fragmentação e fatalmente expandirá a porcentagem de desmatamento, mesmo sem a presença de motosserras e tratores de esteira. Levando em consideração a fragmentação, 30% da Amazônia já são desmatados ou fragmentados, o que significa que precisamos ter desmatamento zero já e também fragmentação zero. Considerando a falta de governança na maioria da Amazônia e a falta de empenho em educar os agricultores familiares e empresariais sobre os perigos das mudanças climáticas, parece certo que passaremos dos 30%, especialmente se a maioria das obras do PAC são realmente concluídos.

Anexo 1. Listagem dos entrevistados

Para a elaboração deste relatório técnico foram realizadas 34 entrevistas e seus autores são listados abaixo. Uma entrevista (em Belém) foi inviabilizada por ter sido recusada pelo entrevistado:

Acre

01. Entrevistado(a) não identificado(a), Embrapa Acre
02. Entrevistado(a) não identificado(a), Embrapa Acre
03. Entrevistado(a) não identificado(a), Embrapa Acre
04. Entrevistado(a) não identificado(a), Embrapa Acre
05. Entrevistado(a) não identificado(a), Embrapa Acre
06. Entrevistado(a) não identificado(a), Embrapa Acre

Amazonas

07. Nádia Cristina D'Avila Ferreira (Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas)
08. João Fernando Barreto (Secretário de Estado de Produção Rural do Amazonas)
09. Sandra de Nascimento Noda (Pesquisadora na Universidade Federal do Amazonas)
10. Charles R. Clement (Pesquisador no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)
11. Odenildo Teixeira Sena (Amazonas)

Amapá

12. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (Superintendente do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado do Amapá)
13. Geraldo Roberto Bezerra Pinto (Engenheiro de Pesca do IBAMA, no Amapá)
14. Aristóteles Viana (Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá)
15. Antônio Carlos Faria (Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Amapá)
16. Oswaldo Helio Dantas (Coordenador Técnico da RURAp, o serviço de extensão rural do Estado do Amapá)
17. Benedito Rabelo (Diretor presidente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá)
18. Antonio Filocreão (Vice-reitor da Universidade Federal do Amapá)

Rondônia

19. José Vidal Hilgert (Diretor do Fundo de Apoio à Defesa Sanitária Animal do Estado de Rondônia)
20. Eugênio Pacelli Martins (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia)
21. José Segaspini (Rondônia)
22. Lázaro Aparecido Dobre (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia)

Pará

23. Manoel Malheiros Tourinho (Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém)
24. Paulo Amaral (Imazon – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, Belém)
25. Carlos Augusto Santos Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, Belém)
26. Carlos Augusto Pantoja Ramos (Técnico florestal, foi da FASE-PA e do IDEFLOR, também do Pará, Belém)
27. Avelino Ganzer (Dirigente sindical de trabalhadores rurais, foi da CUT Nacional e assessora a Federação de Trabalhadores Rurais no Pará, Belém)
28. Antônio Cordeiro de Santana (Economista, professor na Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém)

Outros locais

29. Márcio Miranda (Diretor da CGEE)
30. Roberto Rodrigues (Foi Ministro da Agricultura)
31. Sérgio Amaral (Foi Ministro da Indústria e Comércio)
32. Cassio Franco Moreira, Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza e Aline Angotti Carrara (entrevista coletiva, são todos técnicos do WWF (Fundo Mundial para a Vida Selvagem, Brasília)
33. Eliseu Alves (Embrapa Sede)
34. Tatiana Deane de Abreu Sá (Embrapa Sede)

Anexo 2: roteiro das entrevistas realizadas

A agricultura no modelo de desenvolvimento da Amazônia

1. Qual a sua visão sobre a situação do desenvolvimento geral e, especificamente, da agropecuária na Amazônia Legal? (Dimensões técnico-econômica, social e ambiental; infraestrutura: gargalos, oportunidades e riscos; amarras políticas e vazios de governança; conflitos entre a estrutura do poder agrícola, agrário e ambiental)
2. Quais os principais recursos disponíveis para as atividades econômicas na Amazônia?
3. Qual o padrão de desenvolvimento que deveria ser aplicado na Amazônia Legal e qual as perspectivas para os setores agrícola, industrial e de serviços nessa estratégia?
4. Quais as tendências para a produção agropecuária na Amazônia numa visão de curto prazo (até 3 anos), médio (3 a 10 anos) e longo prazo (10 a 20 anos), incluindo produtos agrícolas da biodiversidade regional?

C&T na Amazônia

5. Como está a infra-estrutura de C&T (centros de pesquisa, universidades, recursos humanos) em agropecuária na região?
6. Quais produtos e linhas de pesquisa em agropecuária serão importantes e estratégicos para o desenvolvimento da região nas próximas duas décadas?
7. A Embrapa tem seis centros de pesquisa no bioma amazônico (Manaus, Belém, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá) e outros três no cerrado da Amazônia Legal (Mato Grosso, Tocantins, Maranhão). Na sua opinião: (a) como tem sido a atuação da Embrapa na região nos últimos anos?; (b) os centros da Embrapa na Amazônia estão alinhados, e quais estratégias de desenvolvimento regional deveriam seguir?

Papel futuro da Embrapa na Amazônia

8. Na sua visão, quais deveriam ser as prioridades para a atuação da Embrapa na região, nos próximos 10 a 20 anos?
9. Qual deve ser o papel da Embrapa na agenda futura de desenvolvimento da Amazônia vis-à-vis o papel de outras instituições?
10. Em sua opinião, quais as necessidades de inovação institucional na Embrapa para concretizar uma ação mais eficaz na região?
11. Quais as alianças institucionais estratégicas dos centros de pesquisa da Embrapa na Amazônia (no Brasil e no exterior)?

Comentários livres

12. Há algum outro comentário ou consideração que julga relevante para a discussão sobre o papel da Embrapa na Amazônia Legal?

Embrapa

Estudos e Capacitação



Ministério da
**Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA